



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 756 - DE 25 DE JANEIRO A 7 DE FEVEREIRO DE 2026 - R\$ 5,00



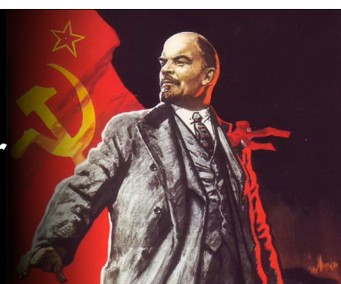
Abaixo o “Conselho de Paz” do imperialismo norte-americano, criado para acabar com a resistência do povo palestino!
POR UMA REPÚBLICA SOCIALISTA DA PALESTINA!



Não à anexação da Groenlândia pelos Estados Unidos!
PELA AUTODETERMINAÇÃO DA GROENLÂNDIA!
Fora o imperialismo norte-americano da Venezuela e da América Latina!
ORGANIZAR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA, SOB A DIREÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

102 anos
do falecimento de
Vladimir I. Lênin

Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)



Após a Segunda Guerra Mundial, está em curso a catástrofe dos choques entre potências

Emerge das condições objetivas o programa da revolução social

No interior da própria burguesia, está posta a discussão sobre os “riscos geoeconômicos”. Na reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos, o 1º ministro do Canadá, Mark Carney, declarou, em 20 de janeiro, - “Serei direto: estamos no meio de uma ruptura da ordem mundial, não de uma transição. (...) O fim de uma ficção confortável e o início de uma realidade brutal, em que a geopolítica das grandes potências não está sujeita a nenhuma restrição. (...) Todos os dias somos lembrados de que vivemos em uma era de rivalidade entre grandes potências, que a ordem baseada em regras está se esvaindo, que os fortes fazem o que podem, e os fracos sofrem o que devem”. O presidente da França, Emmanuel Macron, se utilizou do termo “imperialismo” - “não é momento para imperialismos e colonialismos”. Afirmou que a União Europeia não deve se curvar à “lei do mais forte”.

Ambos pronunciamentos refletem o desespero e a impotência diante da ofensiva dos Estados Unidos com as armas da guerra comercial, do intervencionismo militar e dos objetivos explícitos de conquistar territórios por meio de anexações, ou de completa subordinação de países.

O Fórum Mundial Econômico em Davos se realizou após os Estados Unidos terem invadido a Venezuela, bombardeado a sua defesa, assassinado dezenas de soldados e sequestrado o presidente Nicolás Maduro. Essa ação foi antecedida por um poderoso cerco naval montado no Mar do Caribe. Todos assistiram e sabiam que Trump ordenaria a invasão da Venezuela, desconhecendo os ordenamentos estabelecidos pela ONU. Assistiram sem esboçarem qualquer reação contrária à prepotência do imperialismo norte-americano.

Depois dessa operação bem sucedida, Trump retomou a questão da Groenlândia. Criou um alvoroço na União Europeia, que pôde medir com a métrica das intenções anexionistas dos Estados Unidos com os acontecimentos que atingiram a Venezuela e premiram a América Latina. A Casa Branca havia se dirigido à Dinamarca com uma proposta de compra, em uma mão, e com a ameaça de ocupação militar, em outra. Esse ultimato esteve presente em Davos, assombrando a União Europeia e a OTAN. O 1º ministro do Canadá se destacou pelo pronunciamento contundente, não só devido aos casos da Venezuela e Groenlândia, mas também às intenções dos Estados Unidos de anexarem ou semi anexarem o Canadá e o México.

Trump aproveitou a reunião em Davos para lançar o seu “Conselho de Paz para Gaza”. Essa iniciativa contou com o apoio do Conselho de Segurança da ONU, que aprovou a direttriz da paz dos cemitérios ditada pelos Estados Unidos. Trump convocou inúmeros países, inclusive a Rússia, a participar de tal Conselho, que é claramente um instrumento de intervenção direta dos Estados Unidos na Faixa de Gaza e, portanto, em todo território palestino.

Participaram da cerimônia 24 países. Todos sem transcendência econômica e militar. As potências europeias não acata-ram o chamado. Da América Latina, compareceram o Paraguai

e Argentina. Enquanto Trump montava o seu Conselho da Paz, Israel continuava a bombardear a Faixa de Gaza e a aumentar o número de palestinos mortos. A não ser que se iniciem as capitulações, pode-se dizer que foi um fracasso a reunião de lançamento do Conselho. A rejeição ou renúncia à participação teve como um dos argumentos significativos o de que Trump estava montando uma organização à margem da ONU e em oposição ao seu Conselho de Segurança. Essa iniciativa, de fato, vai além das decisões de Trump de romper o financiamento de organismos da ONU, entre eles a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Acordo de Paris sobre o Clima, sob a alegação de “deixaram de servir aos interesses americanos.”

Não há dúvida de que o próximo passo é o de submeter a Groenlândia. Em sua manobra política, Trump ameaçou taxar os países que obstaculizassem a investida dos Estados Unidos pela anexação da ilha do Ártico. O susto das potências europeias levou a uma reação comercial prometendo anular o acordo tarifário que é favorável aos Estados Unidos e muito prejudicial à economia da União Europeia. Trump recuou, sem abandonar, no entanto, o campo político do objetivo anexionista. Passou-se a discutir a ampliação da presença militar dos Estados Unidos na Groenlândia, tendo por base o “Pacto de Defesa de 1951”.

Há um acordo interimperialista de bloquear a presença da China e Rússia no Ártico. A alteração em tal pacto, se realizada, dará poderes militares aos Estados Unidos, que equivalem a uma semi anexação da Groenlândia.

Um outro fator da crise mundial é o da guerra na Ucrânia. Esteve à margem da discussão em Davos, mas Trump e Zelensky aproveitaram para propagandear a ideia de que se acha em estágio avançado um documento para um acordo que será discutido nos Emirados Árabes em seguida à reunião de Davos.

Trump se vangloriou de ser um pacificador e que está corrigindo os rumos da Venezuela. Elogiou a disposição de “cooperação” do governo assumido por Delcy Rodríguez, que aceitou negociar o controle dos Estados Unidos sobre o petróleo venezuelano. Poucos dias antes do início da reunião de Davos, o diretor da Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), John Ratcliffe, se reuniu com a presidente. Trump e seus assessores chegaram à conclusão de que a inclinação do núcleo governista interino a admitir a intervenção norte-americana e a se dispor a seguir as condições ditadas desde Washington é a melhor solução política no momento. O grupo de Delcy é o que tem mais meios para evitar uma comoção social e impedir que se abra um caminho à resistência anti-imperialista. Nos termos apresentados por Trump, evidencia-se o curso da capitulação e traição à bandeira de defesa da nação oprimida e autodeterminação da Venezuela.

Embora o governo iraniano tivesse esmagado o movimento de contestação à política econômica e ao regime ditatorial dos aiatolás, Trump avisou em Davos que havia autorizado o des-

locamento do “porta-aviões USS Abraham Lincoln e sua frota de apoio para a região do Oriente Médio”, para “vigiar de perto” o Irã. Tudo indica que reforçará sua ação intervencionista, objetivando derrubar o governo iraniano. Uma das diretrizes do trumpismo é o de acabar com governos nacionalistas que levem obstáculos ao controle de fontes de matérias-primas pelos Estados Unidos. A criação do “Conselho da Paz” para acabar com toda resistência dos palestinos faz parte da estratégia norte-americana de ampliar seu domínio no Oriente Médio.

A política estratégica de Trump, levada às últimas consequências, resultará em um choque frontal com a China, que vem avançando nas entranhas da economia mundial. As múltiplas ações dos Estados Unidos correspondem a uma preparação para uma guerra em grande escala. Essa via potencializará a crise política interna nos Estados Unidos, que, por enquanto, tem sido impulsionada principalmente pela repressão aos imigrantes. As contradições da economia norte-americana estão

chegando a um ponto em que Trump age para derrubar o presidente do Banco Central.

A luta de classes nos Estados Unidos tende a confluir com a luta de classes mundial, que se desenvolve em toda parte, com particularidades que têm por base comum o choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Em meio a tantos conflitos simultâneos, cresce a polarização entre a riqueza concentrada e a pobreza disseminada. O esgotamento das relações econômicas e nacionais do pós-Segunda Guerra, o avanço da guerra comercial, a escalada das tendências bélicas e o impulso ao empobrecimento das massas põem à luz do dia a necessidade histórica da revolução social. A luta anti-imperialistas se funde com a anticapitalista. Essa é a base sobre a qual se coloca para a classe operária tomar a dianteira na organização da frente única anti-imperialista, da defesa das nações oprimidas e da derrocada do imperialismo pela via da revolução proletária.

Nas condições de agravamento da crise política, desata-se a corrida eleitoral

Nossa luta é pela independência política da classe operária e dos demais trabalhadores

Lula e o PT movimentam-se para fazer frente às pressões eleitorais exercidas pelas forças políticas da ultradireita e direita. Elaboram a lista de candidatos ao senado e aos governos estaduais. Está definido que Lula concorrerá a mais um mandato. No campo da esquerda burguesa – do nacional-reformismo –, há um consenso de que se deve levar em consideração a potencialidade eleitoral do caudilho petista, que aparece bem cotado nas pesquisas de voto. Lula necessita uma definição quanto aos aliados de centro-direita, que por ventura veem vantagem na possibilidade do continuísmo governamental.

A ultradireita bolsonarista se esforça por manter a candidatura presidencial do senador Flávio Bolsonaro, que foi indicado pelo ex-presidente encarcerado. Uma ala substancial da direita prefere a candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, dos Republicanos. Essa figura conta com o apoio de uma poderosa fração da burguesia. O problema está em que Bolsonaro continua galvanizando os eleitores que o levaram à presidência em 2018.

Chama a atenção os atritos no interior da própria família bolsonarista e nas hostes partidárias da ultradireita. Havia uma articulação em torno à ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, que tem forte ligação com as igrejas evangélicas. Tarcísio admitiu que talvez concorra à reeleição no estado de São Paulo, mas de maneira contrariada e acanhada. Certamente, a candidatura de Flávio tem de obter uma ampla unidade entre as forças da ultradireita e direita.

Os bolsonaristas mantêm-se articulados para arrancar do Supremo Tribunal Federal (STF) um lugar mais cômodo para Bolsonaro cumprir a pena de detenção. Inventam motivos “humanitários” para obter a prisão domiciliar. Tarcísio e Michelle negociaram com o ministro Alexandre de Moraes a transferência do cárcere da Polícia Federal para o da Papudinha, que tem melhores acomodações. O deputado Nikolas Ferreira (MG-PL) organizou a “Caminhada pela Justiça e Liberdade”, que saiu de Minas Gerais e percorrerá 240 km pela rodovia até a Papudinha. É mais um lance eleitoral em apoio à candidatura de Flávio.

A burocracia sindical, liderada pela CUT, por sua vez, articula as forças do sindicalismo colaboracionista para sustentar no alto a bandeira da reeleição de Lula. As greves dos petroleiros e dos cor-

reios se tornaram inevitáveis, mas foram limitadas e traídas pelas direções conciliadoras. Os congressos de trabalhadores da educação, desde o ano passado até o da Confederação Nacional (CNTE) em janeiro deste ano estiveram alinhados aos objetivos eleitorais do PT e aliados.

A situação política, no próximo período, será marcada com mais clareza ainda pela corrida eleitoral. Os petistas e seus seguidores recorrerão ao velho argumento de que as organizações operárias e os explorados em geral deverão se colocar por detrás da candidatura de Lula para barrar a volta da ultradireita ao poder. E a ultradireita convocará as igrejas e as amplas camadas da classe média a tirar do poder os “corruptos, hereges e comunistas”. Exercerá uma enorme pressão para deslocar eleitoralmente uma parcela dos oprimidos que votam em Lula.

As eleições são instrumentos da burguesia para manter seu poder político, garantindo a dominação da classe operária e da maioria oprimida por meio de seus partidos e do aparato repressivo. As divergências em torno às diretrizes econômicas e as posições diante do imperialismo, no final das contas, convergem para o objetivo de quebrar as greves, ocupações e manifestações de massas movidas por suas reivindicações. A ultradireita e direita têm seus métodos policiais. A esquerda burguesa, os métodos da conciliação de classes. Na base dessa diferença, se encontra o Estado policial.

Tudo indica que o ano que se inicia será de polarização política no interior do poder da burguesia, potenciada pela decomposição da ordem mundial do capitalismo e das tendências internas de quebra econômica e impulso da barbárie social. As massas continuarão arcando com as brutais consequências do bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas. Pesarão ainda mais o desemprego, subemprego, informalidade e esmagamento salarial.

A classe operária e os demais explorados terão de reagir com suas reivindicações e métodos de luta contra as pressões burguesas para que se submetam à polarização eleitoral. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de mostrar aos explorados que existe um caminho próprio de luta, combatendo pelo programa de reivindicações e pela independência política dos sindicatos diante do Estado e da burguesia.

PT sinaliza para oligarquia patoense de Hugo Motta com desmembramento do IFPB

Em 2 de janeiro de 2026, primeiro dia útil de 2026, o governo Lula/Alckmin encaminhou o primeiro PL do ano: o PL 01/2026 trata da criação de um novo Instituto Federal (IF), chamado de IF Sertão da Paraíba, com Reitoria na cidade de Patos, sertão da Paraíba. Não se trata apenas de um problema específico à região ou a categoria da Rede Federal, organizada nacionalmente pelo SINASEFE. Patos é a cidade onde se concentra a família oligárquica de Hugo Motta, atualmente Presidente da Câmara dos Deputados Federais. A região é o seu esteio eleitoral. Seu pai, Nabor Wanderley é o atual Prefeito de Patos; sua mãe, irmão e primos também já tiveram cargos políticos na região.

Para sair nas primeiras horas do ano, percebe-se que foi algo orquestrado entre o PT, Hugo Motta e outros interessados com antecedência, às costas da comunidade do IFPB e do sindicato que representa seus trabalhadores que foram “pegos de surpresa”.

O PL 01/2026 chama mais atenção por tratar unicamente deste desmembramento, separar o IFPB atual para dar a Patos, e para a oligarquia de Hugo Motta, um IF no seio de seu esteio eleitoral. Outros estados - como São Paulo, Ceará e Paraná, também tiveram ou têm discussões de desmembramento de seus IF - então por que mandar um projeto específico para a Paraíba?

O motivo está claro: 2026 é ano eleitoral e o PT mostra a que ponto está disposto a se aliar com alas da direita e ultradireita para seu jogo eleitoral. Motta, como atual Presidente da Câmara, tem um papel importante na tática eleitoral do PT e seus aliados de aprofundar a política conciliação de classes pela via da frente ampla burguesa.

O PL prevê orçamento de quase 10 milhões durante os anos de 2026, 2027 e 2028. A Ministra do MGI, Esther Dweck, justificou que não há impacto no orçamento de 2025 e que está atrelado ao Novo PAC e à política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Rede esta que sofreu e continua sofrendo com os cortes de verba, cuja categoria amarga o não cumprimento dos acordos da greve de 2024, e que nada de concreto tem sobre os supostos 100 novos campi prometidos pelo atual governo.

Esse episódio mostra mais uma vez o acerto da tese de como a democracia e o Estado brasileiros são oligárquicos e como o reformismo é incapaz de mudar isso, degenerando-se mais e mais, o que o obriga a comprar aliados políticos, principalmente quando se aproxima das eleições.

Estouro e escândalo do Banco Master

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, reconheceu que a falência do Banco Master expôs “a maior fraude bancária da história do mercado financeiro brasileiro”. O estouro do escandaloso caso ocorreu em março de 2025, quando se iniciou a venda do Master ao Banco de Brasília (BRB), que é controlado pelo Distrito Federal.

O governador Ibaneis Rocha se envolveu na operação, procurando ocultar uma série de fraudes e de relações promíscuas com financistas, políticos, escritórios de advocacia e agentes do narcotráfico. Caso tivesse sido efetuado a compra do Banco Master pelo BRB, o seu dono Daniel Vorcaro sairia ileso, os quadrilheiros do capital financeiro ficariam ocultos e o Distrito Federal (DF) acabaria contraindo a gigantesca dívida impagável. O fracasso dessa operação, no entanto, não concluiu em responsabilização do governador Ibaneis, uma figura completamente manchada por escândalos políticos. É bom lembrar que esse governador apoiou os bolsonaristas que protagonizaram a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro.

Em abril, o Banco Central impediu que a negociata entre Vorcaro e Ibaneis se concretizasse. Se não o fizesse, poderia ser responsabilizado pela transação fraudulenta. Os banqueiros e suas instituições políticas, como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), tinham conhecimento do rombo impagável e pretendiam que se encontrasse uma solução no plano da política. Assim, entrou na negociata o governador do DF e suas ramificações com figuras parlamentares.

A tentativa de atrasar a quebra do Banco Master se deu em outubro quando o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) concedeu um crédito emergencial de R\$ 4 bilhões ao Sr. Vorcaro. Não demorou para se reconhecer que esse tapa buraco era pequeno diante do tamanho do rombo financeiro. Nesse momento, estava em andamento a denominada “Operação Compliance Zero”. Vorcaro foi preso pela Polícia Federal, em novembro, quando procurava evadir-se do Brasil.

Nessa altura dos acontecimentos, o Banco Central decidiu pela liquidação extrajudicial do Banco Master em 18 de novembro. Tal medida foi interpretada como uma forma de abafar e ocultar a extensão dos crimes financeiros e da rede de investidores neles envolvidos. O Tribunal de Contas da União (TCU) interveio com a alegação de que não tinha havido um processo claro das condições de falência do Banco Master. Desencadeia-se então uma campanha publicitária contra a tentativa do TCU de suspender a liquidação extrajudicial. Abre-se nesse embate revelações de que havia interesses de ministros do Supremo Tribunal de Justiça (STF), como Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, uma vez que se levantou a suspeita de envolvimento de familiares nas jogatinas do Banco Master.

Dias Toffoli impôs segredo de justiça ao processo. Aos poucos foram surgindo novas informações sobre as relações ganguesteris entre Reag Trust Distribuidora de Títulos, Valores Mobiliários S.A e o Will Bank que movimentava recursos por um conglomerado digital. Ambos sofreram a liquidação extrajudicial pelo Banco Central em meados de janeiro de 2026.

Calcula-se que a quebra do Banco Master envolveu R\$ 40 bilhões e que poderá atingir R\$ 50 bilhões. Os conflitos entre o Banco Central, TCU, STF e a PF dão a entender que a quebra desse banco conta com uma intrincada rede de especulação financeira e fraudes. O envolvimento inicial do BRB não se limita ao DF. Foram identificados 18 fundos previdenciários movimentados por autoridades estaduais e municipais, com destaque ao governo de Cláudio Castro do Rio de Janeiro. Está em discussão uma forma de afastar o ministro Toffoli do inquérito. O ministro Alexandre de Moraes moveu uma investigação para descobrir se houve vazamento de informação que atinge familiares dos ministros.

O Brasil é um dos países que abriga um enorme número de fundos de investimentos. Segundo informações, corresponde “a cerca de um quinto do total mundial de fundos regulados”. Parte

desses fundos funciona como canal de lavagem de dinheiro. Em 2015, havia 14.799 fundos, saltando para 33.163 em 2025. O patrimônio líquido desses fundos avançou de R\$ 3,5 trilhões para R\$ 10,7 trilhões. Somente agora o ministro Haddad descobriu que é preciso fiscalizar essa multidão de fundos, passando a responsabilidade para o Banco Central. Revelou-se que o fundo Reag se locupletou com os negócios especulativos dos créditos de carbono, o que envolve uma relação fraudulenta com o Estado.

O Banco Master é uma das instituições que cresceu a partir de 2021, utilizando-se das plataformas digitais, investimentos e crédito consignado. A revelação a conta-gotas e na forma fragmentária das fraudes e da responsabilidade dos agentes do sistema financeiro que as alimentaram segue o objetivo de não evidenciar para a população até onde chegou a decomposição do capitalismo.

O resultado final recairá sobre os assalariados, os desempregados, subempregados e informais. A elevada acumulação de capital que se acha em contradição com os bloqueios ao desenvolvimento das forças produtivas força a burguesia a manejar uma gigantesca

massa financeira em negociatas e parasitismo especulativo.

Infelizmente, os sindicatos, centrais e movimentos estão a tal ponto estatizados que não veem a necessidade de responder às fraudes, lavagem de dinheiro e corrupção política que se realizam sob a máscara da democracia.

A vanguarda com consciência de classe defende: abertura total e imediata de toda a investigação, exposição de todas as instituições envolvidas na quebra do Banco Master, revelação dos canais de lavagem de dinheiro e apresentação de todos os políticos e juizes que tenham vínculos com os fundos e as falcatuas.

Somente um Tribunal Popular erguido a partir da luta da classe operária e dos demais explorados pelo seu programa de reivindicações torna possível investigar e tomar decisões contra o domínio do capital financeiro. Nessa luta, o objetivo central é o de expropriar e estatizar o capital financeiro, impondo o controle operário. Tal medida é parte do combate pela revolução social e constituição de um governo operário e camponês.



Campanhas do POR Partido

NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXII - Janeiro/2026

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



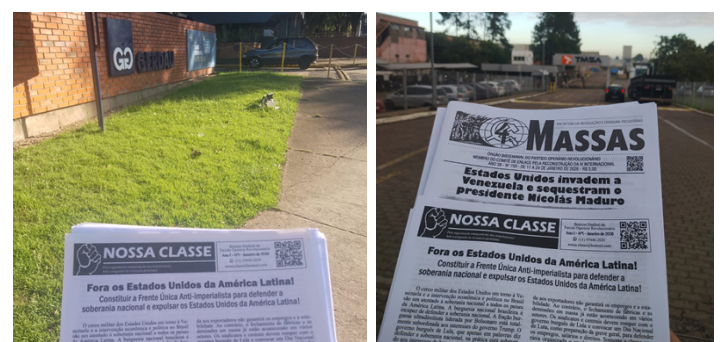
Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Sul Defesa da Frente Única Anti-imperialista nas fábricas

O Boletim Nossa Classe distribuído em janeiro nas fábricas de Porto Alegre e região metropolitana defendeu a constituição da frente única anti-imperialista diante do avanço dos Estados Unidos na América Latina, explicando que as burguesias nacionais são incapazes de responder à invasão imperialista e que esta tarefa está nas mãos da classe operária e dos explorados em geral.

Defendeu que a resposta ao aumento do custo de vida está na luta pelas reivindicações próprias da classe operária, como o salário mínimo vital, a redução da jornada de trabalho, o não pagamento da dívida pública, e que o papel das direções sindicais é organizar essa luta e não servir de palanque para os governos da burguesia.

Explicou, também, o caráter de classe de cada partido político, pois entramos em um ano eleitoral, onde a burguesia trabalha para polarizar a classe operária e arrastá-la para sua política, que nada tem a ver com os interesses dos explorados.

E, por fim, defendeu a estratégia do governo operário e camponês, para expropriar e nacionalizar os meios de produção, sendo o único meio de alcançar o desenvolvimento econômico e garantir as condições de vida da classe operária e demais explorados.



São Paulo

Campanha do Boletim Nossa Classe de defesa da Venezuela

Nessas últimas semanas, os militantes do Partido Operário Revolucionário estiveram com o Boletim Nossa Classe em várias fábricas do ABC e em algumas em São Paulo. O Boletim do mês de janeiro trouxe a continuidade da campanha em defesa da soberania nacional dos países oprimidos e, em particular, da Venezuela. País que foi invadido no dia 3 de janeiro pelo governo de Donald Trump, que lançou um míssil no Instituto Tecnológico e sequestrou o presidente Nicolás Maduro e sua esposa. A agitação nas portas das fábricas foi uma manifestação anti-imperialista, onde os operários demonstraram seu acordo com a defesa incondicional da Venezuela e da América Latina.

A militância fez a distribuição, propagandeando as seguintes bandeiras de luta: Fora Estados Unidos da Venezuela e da América Latina! Defesa incondicional da Venezuela e do governo Maduro

frente aos ataques dos EUA! Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária, para derrotar o imperialismo e defender a soberania nacional da Venezuela e das demais nações oprimidas.

Os trabalhadores receberam o Boletim e sinalizaram sua satisfação completando com palavras como: “esse Trump pensa que é dono do mundo todo”. Esse é um exemplo de que a classe operária não está alheia ao intervencionismo norte-americano em nosso continente. O problema está no fato de as direções sindicais não atuarem junto às fábricas no sentido de elevar a consciência de classe. O Boletim Nossa Classe, apesar de sua inserção ainda pequena no proletariado, vem trabalhando para que as ideias classistas e revolucionárias penetrem no seio do operariado.

São Paulo - ABC

Bridgestone: Transformar a exaustão em combustível para a luta revolucionária

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe na Bridgestone, em Santo André, a militância do Partido Operário Revolucionário (POR) realizou agitação política com falas ao megafone, levantando a bandeira do partido, conversando diretamente com os trabalhadores na entrada da fábrica, denunciando o imperialismo e a exploração patronal. Um operário que recebeu o Boletim e comentou que estava muito cansado para conseguir lê-lo naquele momento, expressando de forma simples e direta a realidade vivida cotidianamente pela classe operária.

O cansaço do operário não é um dado individual ou psicológico, mas um produto direto da exploração capitalista. A intensificação do ritmo de trabalho, as jornadas prolongadas, o banco de horas, as metas exageradas e a pressão constante por produtividade são mecanismos de extração de mais-valia. O capitalismo exaure não apenas a força física do trabalhador, mas também sua energia política, de organização e luta. O esgotamento é, portanto, uma forma de dominação de classe.

No atual estágio de crise do capitalismo, marcada pela ofensiva patronal, pela precarização e pela subordinação das direções

sindicais à política de conciliação de classes, o peso da crise é descarregado sobre os ombros dos trabalhadores. Na indústria, como na Bridgestone, isso se traduz em adoecimento, cansaço extremo e insegurança permanente. O regime de exploração é sustentado por governos comprometidos com o capital e por uma burocracia sindical que administra a miséria, enquanto bloqueia a mobilização independente da classe operária.

A resposta a essa realidade não pode ser individual, nem limitada a paliativos. É necessária a reorganização da classe operária a partir de suas próprias fileiras, com independência política frente aos patrões, aos governos e à burocracia sindical. A agitação do POR e a distribuição do Nossa Classe fazem parte da tarefa de elevar a consciência de classe, ligando o cansaço cotidiano à luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, pelo controle operário da produção e por um governo operário e camponês. Somente a ação coletiva, organizada e revolucionária pode pôr fim à exploração capitalista que esgota e destrói as capacidades físicas e mentais dos trabalhadores.

Mauá

Pelo controle operário da Segurança do Trabalho: lições da explosão em Mauá

No dia 8 de janeiro, uma explosão em um tanque de óleo na empresa Grax Lubrificantes, em Mauá (SP), resultou na morte de um trabalhador e deixou outro ferido. Este não é apenas um dado estatístico, mas mais um episódio da violência cotidiana exercida contra o proletariado industrial.

Tal tragédia não deve ser considerada como um acidente isolado. É a expressão direta da lógica brutal do modo de produção capitalista, que sacrifica vidas humanas. O operário que perdeu a vida não era apenas um indivíduo, mas, para a engrenagem do sis-

tema, uma força de trabalho adquirida pelo menor custo possível. A opacidade da empresa sobre as causas do incidente simboliza como a responsabilidade pelo risco industrial é privatizada e despolitizada: o empregador se oculta enquanto a vida do trabalhador vira nota de rodapé. Esse silêncio reflete a própria alienação do trabalho, onde a resposta institucional — limitada a burocracias policiais e periciais — ignora a necessidade urgente de transformar as condições de trabalho.

Sob o capitalismo, a segurança do trabalho é tratada como um custo a ser minimizado, e não como um direito inalienável. Explosões e acidentes graves, como já documentado em polos petroquímicos e outras indústrias, são frutos de um processo sistêmico de precarização. A proliferação da terceirização, a negligência com a manutenção e a pressão por metas inalcançáveis aumentam exponencialmente os riscos. O caso no ABC Paulista remete a inúmeras outras fábricas onde trabalhadores foram mutilados ou mortos em contextos evitáveis.

São Paulo- ABC

Greve é direito, não é dívida. Os dias de luta não devem ser descontados ou compensados

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe na Braskem um operário comentou que ainda paga os dias referentes à greve ocorrida no ano passado. A exigência de que os operários compensem os dias parados é um ataque ao direito de greve, pois coloca a greve como uma atividade pessoal fora do horário de trabalho. Na realidade, a greve é um método legítimo de autodefesa dos trabalhadores, que se veem obrigados a paralisar as atividades para pressionar os patrões a atender às reivindicações.

Por isso, devemos exigir que a Braskem, que lucra bilhões sobre a nossa força de trabalho e paga salários miseráveis, arque com o pagamento integral de cada hora em que os braços ficaram cruzados. Enquanto a empresa aplica descontos ou exige compensação dos dias de greve, sem deixar de lucrar sobre a exploração da classe operária, a carestia devora o que resta dos salários. Nesse sentido também é necessário lutar pelo reajuste automático do salário de acordo com o aumento do custo de vida (escala móvel de salários). Se os preços sobem, os salários devem subir na mesma proporção.

Contra a farsa da "falta de dinheiro" é necessário exigir a abertura dos livros de contabilidade da Braskem sob inspeção dos

A resposta necessária exige ir além: é preciso organizar a base dentro das fábricas. A criação de comissões de segurança eleitas pelos próprios trabalhadores — e ligadas a sindicatos combativos e independentes das amarras burocráticas — é a única via para impor o controle operário sobre a segurança e transformar esses crimes corporativos em crises políticas contra a atual gestão da produção.

comitês de fábrica, a fim de verificar esse segredo comercial, que serve apenas para esconder os lucros, e provar que o que falta não é dinheiro, mas vontade de respeitar quem produz tudo.

O movimento sindical deve erguer a luta pelo direito irrestrito de greve, e contra qualquer medida restritiva deste direito por parte da burguesia e seu Estado. Não basta esperar que as cúpulas sindicais resolvam nos gabinetes. A queixa do operário na porta da fábrica deve se transformar em organização de base. A luta pelo pagamento da greve e pela não penalização do movimento grevista deve se unir à luta contra a jornada exaustiva que adoece o trabalhador.

Na Braskem, a divisão entre efetivos e terceirizados serve apenas ao patrão. É preciso exigir direitos iguais e a efetivação imediata de todos os companheiros terceirizados. A emancipação da classe operária será obra dos próprios trabalhadores. O Boletim Nossa Classe convoca os operários a transformar a sua queixa em ação revolucionária.

Pelo pagamento integral de todos os dias de luta e pelo controle operário da produção!

Ceará **UFC: nova paralisação dos terceirizados**

O ano de 2026 começou com paralisação dos trabalhadores de serviço de limpeza terceirizados, por conta de atraso no pagamento dos salários e suspensão de benefícios. A paralisação afeta diretamente 650 funcionários que são contratados de três empresas prestadoras de serviços à Universidade Federal: LDS, Solução e Florart. Os trabalhadores paralisaram no dia 14, mas os sindicatos presentes no ato como o SEEACONCE (PCdoB) fizeram acordo para que 30% dos trabalhadores permanecessem trabalhando.

O que acontece é um escárnio. Em 2025, os funcionários chegaram a paralisar 5 vezes em razão do atraso dos salários. É preciso que os estudantes se somem a essa luta e compreendam que o que ocorre com os terceirizados é fruto do mesmo sucateamento da educação que faz as instituições cortarem bolsas, manterem banheiros precários, descuidar da iluminação dos campi etc.

A Corrente Proletária Estudantil/POR que atua na UFC se solidariza com a luta dos terceirizados, exige pagamento imediato dos salários e benefícios cortados e defende o fim da terceirização com o contrato direto dos trabalhadores com a universidade.

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Crítica programática ao PCBR



Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
REVISTA DA REVOLUÇÃO E DO LUTA PROLETÁRIA

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



Exame do MEC para cursos de medicina expõe crise do ensino privado

O MEC divulgou no dia 19 de janeiro, as notas do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) que avaliou desempenho dos cursos de medicina de 351 instituições de ensino em todo o país. Pelo menos 107 instituições (30,48% do total) foram reprovadas no exame, obtendo notas entre 1 e 2, numa escala que vai de 1 a 5. Das 107 instituições reprovadas, 8 são públicas e 99 privadas. Na lista das públicas aparecem nomes como a UFMA, campus da cidade de Pinheiro e a UFPA, campus de Altamira. Entre as privadas contam-se a Universidade Anhembi Morumbi, Universidade Luterana do Brasil, Universidade Estácio de Sá, Unissau entre outras. O ministro da educação, Camilo Santana (PT), em coletiva de imprensa, alertou que as faculdades privadas com menores notas terão sanções variadas, como a suspensão de matrículas e do financiamento pelo FIES/Prouni e até mesmo o encerramento definitivo do curso.

Mesmo registrando-se a presença de universidades públicas entre as reprovadas, é indiscutível a disparidade entre as instituições privadas com fraco rendimento (92,5%) e as estatais (7,5%). Como explicar essa diferença? Ela se explica por duas razões: os estudantes da rede privada, especialmente os cadastrados no FIES

e Prouni, se encontram sobrecarregados com as condições de miséria capitalista, desemprego e informalidade, sobrecarga de trabalho (escala 6x1) etc., ou seja, tudo que impede a conciliação da juventude com os estudos e a produção científica. O segundo obstáculo que se apresenta ao desempenho estudantil é o domínio da educação superior por grandes grupos empresariais, que controlam 80% das matrículas, e visam maximizar seus lucros às custas do menor investimento possível, isto é, às expensas da aprendizagem acadêmica. O terceiro, se refere à adoção do ensino a distância para algumas disciplinas do currículo de medicina.

Para a UNE e as correntes governistas, trata-se de fiscalizar e exigir qualidade do ensino privado com a justificativa de que recebem amplos recursos do Estado.

Para os revolucionários, trata-se, ao contrário, de acabar a mercantilização e a desintegração da educação (baixa aprendizagem) sob controle da burguesia. É neste sentido que a Corrente Proletária Estudantil/POR defende a imediata estatização sem indenização do sistema privado e a criação de um sistema único de ensino, público, gratuito, universal, laico e vinculado à produção social.

Congresso da CNTE: burocrático, distracionista e governista

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou, em Brasília, entre os dias 15 e 18 de janeiro, o seu 35º Congresso. O encontro foi marcado pelo formato burocrático e completamente apartado das reais necessidades dos trabalhadores. A Corrente Proletária esteve presente com seus delegados, batalhando para que fosse aprovado um Plano de Lutas que combinasse a luta anti-imperialista com a defesa das reivindicações elementares das massas.

O momento exigia uma resposta à escalada bélica, principalmente do governo Trump, no mundo todo. Os EUA haviam realizado há poucos dias a invasão da Venezuela, vinham fomentando a queda do regime no Irã e aguçando a disputa com a Dinamarca e a Europa em torno à Groenlândia. O conflito em Gaza prosseguia, bem como na Ucrânia e no Sudão. Por trás dessas ações, era possível identificar o declínio dos próprios EUA e a sua guerra comercial com a China. Mais profundamente ainda, encontrava-se a crise estrutural do modo de produção capitalista, verdadeira raiz de todas as formas da barbárie.

No Brasil, esses abalos se manifestavam por meio da continuidade da crise política. O escândalo envolvendo o Banco Master era apenas um aspecto nessa situação. O petismo tentava capitalizar ganhos com a prisão de Bolsonaro e com o acordo do Mercosul com a União Europeia. Do ponto de vista específico da educação, ganhava projeção o debate ao redor do Piso Nacional do Magistério, uma vez que o governo ainda não havia anunciado o índice de reajuste.

Como se vê, o quadro era bastante complexo, marcado pelo aprofundamento da ofensiva burguesa em suas múltiplas expressões, colocando ao 35º Congresso uma série de tarefas. Era fundamental uma resposta unitária, classista e combativa ao conjunto de medidas antinacionais e antipopulares, tomando como ponto de partida a luta pelas necessidades concretas dos trabalhadores e da juventude oprimida.

Ao invés disso, a direção da Confederação, controlada pelo PT há muito tempo, utilizou o Congresso para preparar a campanha

para reeleger Lula este ano, deixando de lado a organização da luta nacional pelas reivindicações dos explorados. O que demonstra, mais uma vez, a necessidade de formar uma fração revolucionária no interior dos sindicatos, com uma política classista e combativa. Trata-se de retomar o controle dos organismos de massa para as mãos dos trabalhadores, condição para derrotar a poderosa ofensiva da burguesia sobre as condições de vida e trabalho da maioria oprimida.

A Corrente Proletária na Educação participou do Congresso com essa perspectiva. Distribuiu a sua Tese e um Manifesto dirigido aos delegados, vendeu seus materiais de propaganda, principalmente o Jornal Massas e a última Revista Proletária da Educação. Batalhou pela formação de uma chapa de oposição, de caráter frentista, o que se concretizou na Chapa 20, “Por uma CNTE com independência de classe”, a qual obteve 6,24% dos votos, contrariando todas as expectativas – dado o elevadíssimo grau de burocratização da Confederação, o que se mostrou desde a eleição dos delegados nos estados e municípios.

Ter vencido todas as barreiras burocráticas impostas pela direção petista – direção que contou com o apoio de quase todas as correntes do PSOL, além dos fiéis escudeiros do PCdoB – foi um grande feito.

A Chapa 20 pôde usar a tribuna para denunciar não só o burocratismo imperante no Congresso, mas principalmente a política de conciliação de classes e o eleitoralismo da direção. A base programática da chapa, contida no Manifesto distribuído aos delegados no dia da votação, assinado por cerca de 14 correntes oposicionistas, contou com diversas formulações elaboradas pela Corrente Proletária.

A tarefa que cabe agora, no pós-Congresso, é o de propagandear a conquista da oposição tendo como objetivo a continuidade desse trabalho desde as bases. Permanece de pé a necessidade de combater a burocracia sindical e impulsionar as lutas em defesa de um sistema único de educação público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob controle dos que estudam e trabalham

e vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática). A superação do caráter superestrutural da CNTE depende do fortalecimento das oposições classistas em cada sindicato da educação,

organizando professores e funcionários para enfrentar a burguesia e o Estado.

Rondônia

Tarefa do momento

Depois dos salários surrupiados e descontos indevidos, alguns professores do município de Porto Velho realizaram 5 atos de protestos em defesa do ressarcimento dos descontos indevidos e o pagamento dos períodos anteriores conforme acordo do sindicato (Sintero). O primeiro ato aconteceu no Parque da Cidade no dia 19 de dezembro, os outros três na Secretaria de Administração do Município (SEMAD), no Sintero e na frente da prefeitura, ainda no final de dezembro. O quinto ocorreu em 5 de janeiro em frente à prefeitura.

Após os cinco protestos, e sem nenhuma manifestação do prefeito, esses manifestantes, incentivados por um advogado que se aliou ao movimento, decidiram realizar uma greve de fome de 72 horas, que iniciou no dia 08 de janeiro e durou até o dia 11, na recepção da Câmara de vereadores de Porto Velho. O prefeito e os parlamentares permanecem em silêncio diante da greve.

No decorrer da greve de fome e das ações do movimento, nenhum dos três sindicatos compareceu para oferecer apoio. O Sin-

tero se limitou a publicar uma nota se comprometendo em exigir da prefeitura revisão dos descontos indevidos dos meses em que foram acordados com o sindicato. Em relação aos anos anteriores, que envolvem os complementos do Piso Nacional, já ganhos na Justiça, nada foi dito.

A Corrente Proletária e outras correntes se solidarizaram com esses professores que estiverem em greve de fome. Mas não deixou de criticar a conduta desses manifestantes de desfiliação do Sintero e se filiarem ao Sinprof, sindicato este que cindiu o Sintero e que é dirigido pela burocracia do PCdoB. Ao mesmo tempo, fez campanha em defesa das justas reivindicações. E exigiu que o Sintero convocasse assembleia para unificar a luta contra os descontos abusivos e pelo pagamento imediato de tudo que deve aos trabalhadores da educação. Reafirmou a luta pela construção de uma oposição classista, independente dos governos, defensora das reivindicações e dos métodos próprios dos explorados, para fazer do sindicato um verdadeiro instrumento de defesa dos trabalhadores.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária em defesa incondicional da Venezuela

FORA ESTADOS UNIDOS DA VENEZUELA E DA AMÉRICA LATINA!

Defesa incondicional da Venezuela e do governo Maduro frente ao ataque dos EUA. Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária, para derrotar o imperialismo e defender a soberania nacional da Venezuela e das demais nações oprimidas

Os Estados Unidos intensificam sua ofensiva imperialista contra a Venezuela com o objetivo declarado de controlar a maior reserva de petróleo do mundo. Por meio de bloqueios navais, bombardeios, sequestro de embarcações e ataques que vitimam civis e militares, o governo norte-americano busca quebrar a economia venezuelana e impor um governo submisso aos seus interesses. Essa agressão faz parte da disputa econômica global, em especial frente ao avanço da China, e revela o caráter de rapina do imperialismo.

No Brasil, setores da ultradireita comemoram a invasão dos EUA, enquanto o governo Lula mantém uma política entreguista ao permitir que multinacionais estrangeiras explorem o petróleo nacional. A burguesia latino-americana e seus governos demonstram, mais uma vez, sua incapacidade de defender a soberania nacional e os interesses dos oprimidos. A história mostra que o imperialismo norte-americano é responsável por golpes, ditaduras e repressão, como no Brasil em 1964, sempre para garantir seus lucros e o saque das riquezas dos países oprimidos.

Diante dessa ofensiva, cabe à classe operária assumir a direção da luta contra o imperialismo. É necessário defender de forma incondicional a Venezuela, rejeitar as mentiras sobre “defesa da democracia” e da “luta contra o narcoterrorismo” e construir uma Frente Única Anti-imperialista, dirigida pelos trabalhadores. O caminho é a mobilização das massas para expulsar o imperialismo da Venezuela e da América Latina, e defender a autodeterminação dos povos.

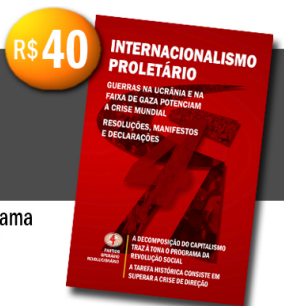
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Boletim da Corrente Proletária - Janeiro

Reproduzimos quatro notas do Boletim:

Enfrentar o governo Tarcísio com as manifestações de rua

Fazer do dia 23 de janeiro a nossa primeira assembleia!

O governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas segue com sua política de precarização e demissão dos professores. Introduziu desde março do ano passado a Avaliação de Desempenho punitiva. De lá para cá, vem respondendo a uma batalha judicial para retirar as licenças médicas como efetivo exercício, prejudicando a pontuação geral dos professores. Em dezembro, acrescentou os tais faróis amarelo e vermelho para penalizar milhares de professores, desde efetivos até contratados. Nas férias, descumpriu a liminar ganha pela Apeoesp contra a Avaliação de Desempenho. Retirou da listagem de candidatos à atribuição de aulas 2026 os nomes de professores que não conseguiram o farol verde. Finalmente, na véspera da atribuição, conseguiu com seus aliados juízes do TJSP, derrubar a liminar da Apeoesp.

Exigimos que Tarcísio e Feder atendam imediatamente as reivindicações dos professores. Exigimos que apresentem todos os nomes dos professores do PSS na lista para atribuição de aulas! Exigimos atribuição de aulas presencial, com saldo disponível a todos os professores e com fiscalização do sindicato.

É possível derrotar a ofensiva de Tarcísio!

A experiência negativa do ano passado ainda pesa sobre a maioria dos professores, principalmente os contratados. Não podemos repetir a tragédia. O governo não acatará as liminares da Apeoesp. As negociações com Feder não têm trazido benefícios aos professores. Ao contrário, têm alimentado ilusões em uma parcela do professorado de que é possível garantir o emprego e as condições de trabalho sem precisar ir à luta nas ruas. Não! O atendimento de nossas justas reivindicações virá da força coletiva do professorado.

Nesse sentido, defendemos que a Apeoesp se coloque no campo da defesa dos métodos próprios dos trabalhadores, para que o emprego seja garantido a todos os professores. Esse caminho depende da convocação da assembleia estadual, antes que as demissões sejam fatos consumados.

Nossas propostas: 1.Realização da assembleia estadual; 2.Fim de todos os instrumentos punitivos aos professores; 3.Abertura das salas de aulas e turnos fechados; 4.Que a EJA seja presencial; 5.Redução do número de alunos por sala, no máximo 25; 6.Atribuição de aula presencial, com saldo de aulas disponível.



Funcionários de escola: avança a reforma administrativa

No começo de 2026, o governo divulgou o Banco de Talentos para contratação temporária de Agente de Organização Escolar. A direção da Afuse não convoca assembleia e, com sua política de conciliação de classes, deixa o caminho aberto para a aprovação da reforma administrativa – que vem para eliminar a estabilidade do funcionalismo – e para o governo continuar arrochando salários e retirando direitos. A luta em defesa dos empregos, salário e direitos, por estabilidade a todos, se dará no campo da independência de classe e com o método da ação direta (greves, ocupações, atos de rua etc.).

Prefeito Nunes intensifica o ataque aos direitos dos trabalhadores e à educação pública

A atribuição dos professores municipais no final de 2025 também foi cheia de problemas. Primeiro, professores não tiveram direito a escolher as turmas. Puderam escolher apenas período. As classes foram atribuídas pelo diretor, segundo um suposto “perfil” do professor. Seguindo a mesma lógica da rede estadual, o governo dá amplos poderes para os gestores. O que tem se convertido em um autoritarismo extremo.

Depois foi a vez dos readaptados. Estes não puderam participar do processo de atribuição de aulas para 2026. Além disso, correm o risco de perder a JEIF (jornada com maior salário). A liminar obtida pelo SINPEEM, que defendia os readaptados, foi suspensa – embora a batalha jurídica continue.

Como se não bastassem todos esses ataques aos direitos dos trabalhadores, este ano o prefeito Ricardo Nunes entrega a gestão de 5 escolas (prédios públicos) à iniciativa privada, seguindo, assim, seu plano de privatização da educação municipal.

Como se vê, os governos estadual e municipal caminham de mãos dadas no que diz respeito ao desmonte da educação pública. E se os ataques são os mesmos, a resposta também tem que ser única: é necessário que os trabalhadores das redes estadual e municipal aprove um movimento conjunto para defender a educação pública e os trabalhadores.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35**SOCIALISMO
OU BARBARIE**A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



37º Congresso Nacional do Sinasefe

Direção governista pretendia aprovar apoio à reeleição de Lula/PT, mas foi pressionada pela base a aprovar indicativo de greve!

Entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2025 ocorreu no Rio de Janeiro o 37º CONSINASEFE (Congresso Nacional do Sinasefe). No Congresso, houve as discussões de teses dos eixos: Conjuntura; Educação; Condições de Trabalho; Opressões e Plano de Lutas.

A direção nacional do Sinasefe é composta de forma proporcional, onde a direção majoritária é dividida entre a unidade do Coletivo Sinasefe para Lutar (SPL) com UP e Coletivo TAEs na Luta, além dos coletivos Atentes e Fortes (PT), Movimento Escola Popular (MEP/PCB), Pão e Rosas (PSOL) e minoritariamente, com apenas 1 diretor, CSP-Conlutas (PSTU). O Congresso foi convocado às vésperas de festividades, e mudando o local de Brasília para o Rio de Janeiro, sob o tema: “Educação pública para um Brasil soberano! Derrotar nas ruas a extrema direita e a agenda neoliberal”. Normalmente os congressos do Sinasefe são anuais, intercalando entre eleitoral e estatutário, este ano seria o estatutário, mas foi convocado como “político”, para afirmar o apoio à reeleição do governo Lula, sob o argumento de combate ao avanço da ultradireita.

No debate sobre conjuntura, foram suprimidas todas as teses que traziam críticas ao governo Lula, impedindo o debate e reafirmando o caráter governista da direção nacional do Sinasefe. Mas, diante do descumprimento do acordo de greve por parte do governo, na discussão sob as condições de trabalho, com o relato do empobrecimento, endividamento e adoecimento da categoria, o plenário começou a responder aos gritos por “GREVE!”. O que obrigou os coletivos que fizeram campanha pelo fim da greve em 2024 ter de usar o microfone para “defender” a greve. A exemplo da defesa envergonhada por parte do Sinasefe Para Lutar (SPL) e de Lobão (que na época da greve estava no coletivo Pão e Rosas/PSOL), que diante do plenário atento ao que fazer diante dos ataques do governo, defenderam a greve imediata (como um blefe, para a reunião que ocorreria após o Congresso), mesmo com o período de férias que se aproximava.

O que deixou a categoria indignada e atenta foi o fato de o governo ter enviado ao Congresso um Projeto de Lei (PL 753/2025) que torna praticamente impossível um técnico alcançar o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Sobre os docentes, alguns se revoltaram com a criação da carteirinha nacional docente, que veio como uma “chacota” diante do ataque à malha salarial docente, com a aprovação da Lei 1466/25, os valores dos “steps” da progressão passaram a ter valores absolutos, desvinculados dos percentuais do piso salarial, o que fará o salário ser cada vez mais desvalorizado ao longo dos anos. Estes ataques e enrolação fizeram com que a categoria nacionalmente reunida aprovasse o indicativo de greve.

A direção nacional perdeu o controle sob a base no fórum presencial do CONSINASEFE. Depois da greve de 2024, a direção nacional tem convocado Plenárias nacionais “híbridas”, que mantêm a base na passividade e sob o controle burocrático. Assim, não houve clima para o Congresso concluir gritando aos quatro ventos a “reeleição de Lula para combater a ultradireita e defender a democracia”. E, para garantir o processo de construção da greve, foi aprovada que as seções voltem para base para construir a greve, que será discutida em Plenária Nacional em 27 e 28 de fevereiro.

Atuação da CPE no 37º CONSINASEFE

A Corrente Proletária (CPE/POR) participou do Congresso com delegação, defesa de teses (Conjuntura, Educação e Opressões), distribuição de manifesto aos delegados, defendendo que fosse construída a greve pelo atendimento dos acordos e contra a



Reforma Administrativa, e com banca de materiais, onde também fizemos campanha contra o genocídio do povo palestino.

Nossa tese de Conjuntura foi suprimida por críticas ao governo Lula. O Coletivo Vozes da Base (grupo de oposição do IFSP, próximo ao PCO) propôs uma carta de denúncia contra a supressão das teses de crítica ao governo, a assinamos por compreender que a política de supressão servia para impedir o debate e calar os que se colocavam no campo da independência de classe. Nossa tese de Opressões foi suprimida, sob os argumentos de sermos inflexíveis, e não termos feito acordo para suprimir partes do texto de críticas à política reformista e, a mais absurda, de que “foi uma tese escrita por homem, por não ter a linguagem neutra”. Na tese de Educação, que continha uma crítica à direção nacional que atua contendo a base sob os métodos passivos das plenárias híbridas e por convocar dias nacionais de paralisação que se restringem à pressão parlamentar, enquanto a maioria dos servidores trabalha normalmente, teve partes suprimidas e foi realocada para as teses de conjuntura. Nos opomos à realocação da tese de Educação para os eixos de Conjuntura, e no meio da votação, parte da burocracia supressora tentou suprimir, gritamos caracterizando a ação como chantagem, o que forçou parte da própria burocracia sindical a falar para mesa que a ordem estava sendo quebrada e que o que havia sido encaminhado nas defesas e na votação era a realocação da tese e que não cabia a supressão.

Após os indícios de aprovação de indicativo de greve, focamos nossas defesas para necessidade de construção do plano de lutas. Para isso, organizamos uma reunião com o Coletivo Vozes da Base, onde defendemos a necessidade de intervenção no eixo plano de lutas, sob a defesa da construção de uma greve ativa, com retomada às bases, convocando assembleias presenciais nos campi e apontando à categoria a necessidade de organizar sua pauta de reivindicações e métodos próprios de luta de forma independente, sem ser arrastada pelas ilusões eleitorais. Além disso, tentaremos nos articular nacionalmente com uma plenária entre CPE e Coletivo Vozes da Base para discutir e organizar intervenção conjunta, visando o fortalecimento do processo de construção da greve.

É preciso que as seções convoquem assembleias presenciais nos campi para discutir a construção da greve pelo cumprimento dos acordos, em defesa do orçamento necessário para funcionamento da Educação Federal e contra a Reforma Administrativa.

Diante disso, a tarefa das direções sindicais do SINASEFE, FA-SUBRA e ANDES-SN é trabalhar pela construção da greve para arrancar do governo o cumprimento do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os TAEs; redução da carga horária para 30 horas semanais para os TAEs, sem redução do salário; fim do ponto docente. É preciso retomar a luta em defesa dos salários, que desde 2013 estão sendo desvalorizados. Ou seja, são muitos os motivos que os servidores têm para construir uma forte greve em defesa de suas condições de trabalho.

São Paulo

Reunião de preparação para o ato de 8 de março

No dia 21 de janeiro, aconteceu a segunda reunião de preparação para o Dia Internacional da Mulher - 8 de março, no Sindicato dos Bancários. A primeira reunião ocorreu em 14 de janeiro na forma online e tratou de questões apenas organizativas, como datas das reuniões, horários e local. Nessa segunda, havia proposta de debate sobre o conteúdo e Conjuntura. Compareceram algumas correntes e movimentos feministas.

A reunião teve como pauta a discussão sobre a formação de GTs (grupos de trabalhos), definição do trajeto do ato, além das intervenções das correntes sobre a conjuntura, no intuito de direcionar o conteúdo político da marcha.

O contexto em que ocorre o 8 de Março de 2026 é de guerras e de intervenção direta do Imperialismo na América Latina. Daí a importância de se ter um ato que responda a esses problemas. Tendo em vista que as mulheres compõem a grande parte dos oprimidos que mais sofrem com as guerras e ataques imperialistas.

Na parte de análise da conjuntura, a maioria das correntes tocou na questão da Venezuela e guerras, inclusive, apontando a necessidade de que o dia 8 de março seja parte da luta contra o Imperialismo e da luta anticapitalista. No entanto, a análise não avança no sentido da constituição de uma Frente Única Anti-imperialista. Acaba se resumindo em consignas, bandeira e denúncias, mas sem uma proposta concreta de enfrentamento à ofensiva imperialista. O POR, ao contrário, defendeu que o ato estivesse sob a bandeira da frente única anti-imperialista.

A defesa das eleições como solução, também apareceu. A ideia de que é possível eleger um Congresso não inimigo do povo e de que, tanto em São Paulo como em nível federal, é necessário eleger candidatos que vão melhorar a vida das mulheres com leis e o aumento das punições para pôr fim ao feminicídio, segue sendo a tônica das reformistas. Isso quando os governos do PT foram incapazes de resolver a opressão sobre a mulher.

O POR interveio mostrando que a luta pela emancipação da mulher faz parte de uma luta mais geral dos explorados. Que o massacre que ocorre hoje, na Palestina, principalmente em relação às mulheres, bem como na guerra da Ucrânia, faz parte de uma escalada bélica que ocorre mundialmente decorrente da guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, expressão da crise do capitalismo. Enfatizou que tanto para enfrentar as guerras como o intervencionismo estadunidense na Venezuela e América Latina, é preciso levantar a bandeira da Frente Única Anti-imperialista, expressando o caráter internacionalista que tem o próprio 8 de março. Que essa é a única forma dos explorados do mundo se organizarem para enfrentar o Imperialismo. Defendeu que, no âmbito nacional, é preciso construir um Dia Nacional de Luta ao contrário de centrar forças na ilusão no Parlamento.

O POR continuará intervindo nas reuniões preparatórias, enfatizando a necessidade de um ato classista, independente dos governos e internacionalista. Um ato em defesa das reivindicações próprias das mulheres oprimidas, como parte do programa da classe operária de fim do capitalismo e por uma sociedade socialista.

50 Anos do assassinato do operário Manoel Fiel Filho

O ato em memória dos 50 anos do assassinato do operário Manoel Fiel Filho, convocado pelos sindicatos, centrais e Coletivo de Memória, ocorreu no dia 19 de janeiro, em São Paulo. A abertura foi feita por advogados dos Coletivos, que denunciaram a farsa montada pela ditadura de que Manoel Fiel Filho se suicidou. Ao contrário, foi torturado e morto no DOI-CODI. Por muitos anos, os familiares travaram uma batalha jurídica para o reconhecimento do assassinato e, por fim, para ter o direito a uma indenização financeira. O Ministério Público Federal e os vários Coletivos buscam a responsabilização criminal pelo assassinato, um processo que tem 50 anos, e até o momento tem sido negado pelo Estado e pela sua Justiça.

O ato tinha uma programação determinada. Abriu a palavra para o PT na figura do deputado Zaratini, que fez a demagogia costumeira, dizendo que a resistência de Manoel Fiel Filho abriu caminho para a democracia e que hoje, apesar da prisão do ex-presidente pela tentativa de golpe, é preciso ainda ser defendida. O representante das centrais sindicais leu um texto de homenagem, que tinha o mesmo discurso de que estamos “quase salvos”, mas que a “classe trabalhadora deve conservar os valores da resistência para manter a democracia que foi conquistada”. A intervenção da filha de Manoel Fiel Filho, Márcia, esteve centrada na trajetória de seu pai como um operário de luta. Por fim, passou-se o documentário sobre Manoel Fiel Filho.

O Partido Operário Revolucionário esteve presente e distribuiu o Manifesto saudando a luta de todos que tombaram na ditadura militar, que reproduzimos abaixo.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

50 anos do assassinato do operário Manoel Fiel Filho

Que as centrais se coloquem à altura da memória dos que enfrentaram o golpe de 1964 e lutaram pela causa dos explorados

O “Ato em Memória dos 50 anos da morte de Manoel Fiel Filho – operário metalúrgico assassinado pela ditadura militar” -, convocado pela CUT, CSP-Conlutas, CTB, entre outras organizações, deve ser não só um momento de homenagem como também de avaliação da atual situação política do Brasil, considerada em relação à ditadura militar que perdurou de 1964 a 1985.

Guardadas as devidas particularidades e proporções, o país se encontra mergulhado em velhas contradições do capitalismo semicolonial que estiveram na base da conspiração militar, apoiada pelos Estados Unidos, que concluiu com a derrubada do governo constitucional de João Goulart em 31 de março de 1964 e a instala-

ção de um ciclo ditatorial, que se manteve por 21 anos. Trata-se da decomposição da democracia oligárquica, que como tal não pôde e não pode ser instrumento para transformações estruturais de sua economia, vastamente controlada por monopólios multinacionais e condicionada pelo agigantamento do capital financeiro parasitário.

Nos sessenta e dois anos do golpe e nos cinquenta anos do assassinato do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho, torturado e morto em 17 de janeiro de 1976, se manteve a tendência de aumento da concentração de riqueza em poder da minoria capitalista e de pobreza que esmaga a vida da maioria trabalhadora, bem como a de recrudescimento da polarização de classes.

No passado, o nacionalismo burguês fracassou em realizar tarefas democráticas típicas do capitalismo atrasado, sendo duas delas mais importantes: a reforma agrária e a eliminação da miséria. No presente, o governo Lula também tem fracassado em resolvê-las. O reformismo atual vem fracassando como fracassou o nacionalismo do período de 1930 a 1964. A explicação está em que historicamente o capitalismo da época imperialista se caracteriza pela decomposição, pela barbárie e pela dominação ditada pelas armas. A burguesia brasileira se formou e se desenvolveu sob a égide do capital internacional e, portanto, nunca conseguiu ter independência para realizar as tarefas democráticas.

Essa questão comparece no momento em que a justa e tardia homenagem a Manoel Fiel Filho, que era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos obriga a retomar um balanço histórico do golpe de 1964, do longo período ditatorial, da resistência operária e popular e da brutal repressão desfechada pelo poder militar à oposição, principalmente, à que expressava o movimento operário e suas organizações.

A mudança do regime de ditadura para o da democracia foi realizada pela necessidade da própria burguesia e com o consentimento do imperialismo norte-americano. A mesma classe que gestou a derrubada do governo nacionalista de João Goulart fez a transição à democracia, valendo-se de um acordo com o último governo militar, do general João Batista Figueiredo.

Está aí o motivo histórico por que o movimento pela anistia, a constituição da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a tentativa de mover processos contra torturadores não tiveram como alcançar seu objetivo maior, que era o de condenar os militares e agentes da polícia política que estiveram à frente dos assassinatos e desaparecimentos.

O metalúrgico Manoel Fiel Filho, o jornalista Vladimir Herzog e o estudante Alexandre Vannucchi Leme foram as vítimas que mais destacaram entre os 433 mortos, reconhecidos pelo Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, 1964-1985.

Este dia em que as organizações sindicais homenageiam Manoel Fiel Filho deve ser um grito de guerra a todos os crimes da burguesia contra os explorados e seus lutadores. Deve fazer parte desse grito os recentes massacres na Baixada Santista e no Com-

plexo do Alemão e Penha no Rio de Janeiro, desfechados pela Polícia Militar, orientados pelos governadores Cláudio Castro (RJ) e Tarcísio de Freitas (SP), sob a sombra do Estado federativo e do governo Lula. O retorno à democracia oligárquica não extirpou as raízes do golpismo e do fortalecimento do Estado-policial voltado fundamentalmente contra a maioria oprimida.

Não se pode dar por interrompidas as tendências militaristas e golpistas que vieram à tona em 8 de janeiro de 2023. A condenação e a prisão do chefe da conspiração, o ex-presidente Bolsonaro, e do seu grupo de generais apenas retardou a ofensiva da direita e ultradireita, que em 2016 derrubaram o governo de Dilma Rousseff por meio de um golpe institucional.

Está mais do que claro que a governabilidade de Lula tem dependido de sua disposição de manter as contrarreformas e dar continuidade a elas em função das exigências do capital financeiro, das multinacionais e do agronegócio. O processo eleitoral está em pleno vapor, apesar de estar distante a nove meses. A influência do imperialismo norte-americano é sentida, como se tem sentido na América Latina. A intervenção de Trump na Venezuela é apenas um passo da ofensiva militarista no continente. As forças da direita e ultradireita burguesas somente podem ser combatidas pela política e programa próprio da classe operária.

É imperativo que esse ato não seja um instrumento da disputa eleitoral, como já assinalaram as direções sindicais. Ao contrário, deve expressar o programa de reivindicações dos explorados, o enfrentamento à barbárie capitalista e a indicação do caminho da luta de classes.

A melhor homenagem a Manoel Fiel Filho e a todos que tombaram lutando contra a ditadura é a que corresponde à tarefa das centrais e sindicatos unirem a classe operária, os camponeses, os demais trabalhadores urbanos, e em particular a juventude oprimida em torno às necessidades vitais das massas, à derrubada das contrarreformas antinacionais e antipopulares e ao combate ao cerco imperialista.

As organizações que convocaram o “Ato em Memória dos 50 anos da morte de Manoel Fiel Filho” se colocaram à altura da luta daqueles que enfrentaram o golpe militar de 1964 e os 21 anos de ditadura dos generais se apresentaram um programa de reivindicações e darem um primeiro passo em sua defesa, convocando e organização um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios por todo o país.

O Partido Operário Revolucionário (POR), aqui presente, reivindica a memória dos que lutaram, foram presos, torturados e assassinados pelo regime militar. Tem o compromisso de trabalhar pela democracia operária, pela organização independente dos sindicatos frente ao Estado, pela unificação das centrais em uma única organização nacional e pela defesa da estratégia da revolução social.

Viva a luta de todos os mártires que tombaram lutando contra a ditadura militar!



36
anos**do Partido
Operário
Revolucionário****1989**
2025

Damos sequência à exposição da Plataforma Programática aprovada no IV Congresso de 9 e 10 de julho de 1994. No jornal Massas 752, transcrevemos as principais formulações sobre o caráter do Programa de Transição nas condições da crise mundial do capitalismo e do processo de restauração capitalista na ex-URSS. No Massas 753, expusemos os pontos: “3. Brasil, país semicolonial”; “4. A Independência Nacional”; “5. Revolução Agrária”; “6. A Unidade Nacional”. No Jornal Massas 754, editamos: “7. Desconhecimento da dívida externa e defesa do estatismo”, “8. Expropriação dos monopólios industriais e financeiros”, “9. A estratégia da ditadura do proletariado” e “10. Governo Operário e Camponês”. No Massas 755, expusemos: “11. Controle Operário da Produção”; “12. Defesa da vida das massas”. Agora, “13. Sindicato, independência política e democracia proletária”. “14. Piquetes de greve, comitês de autodefesa, milícia operária e armamento do proletariado”.

13. Sindicato, independência política e democracia proletária

“Os sindicatos têm importância para o desenvolvimento da luta pela independência política do proletariado. A razão disso está em que continua a ser um instrumento utilizado pelos explorados para se defenderem da superexploração. São organismos de frente única dos trabalhadores contra a exploração de classe. Por serem utilizados na luta de classes, é que a burocracia reformista e direitista os aparelham de forma a transformá-los em meio de colaboração de classe. Para ser assegurado o caráter de frente única, é preciso a aplicação plena da democracia operária, que entre outras características assegure o direito de divergência”. (...)

“A função de resistência econômica à exploração capitalista, o atraso na formação do partido revolucionário e a despolitização de amplas camadas facilitam o domínio reformista e direitista. A anulação dos sindicatos como meio de luta de classes das amplas massas e a sua substituição por organismos de conciliação se constituem em uma trava para o desenvolvimento do partido revolucionário no seio das massas”. (...)

“Em nossa época de domínio monopolista e de desintegração econômico-financeira, a quebra da independência dos sindicatos e a destruição da democracia em seu interior são de grande importância aos capitalistas para abolir as reivindicações mais elementares dos trabalhadores e para sustentar o regime decadente”. (...)

“O programa mais elementar de sobrevivência dos oprimidos se choca com o grande capital. Quanto mais avança a barbárie social, mais os sindicatos têm de ser castrados em suas funções de classe e em seu caráter massivo”. (...)

“(…) A luta contra a burocracia é estratégica para libertar os sindicatos e torná-los auxiliares da revolução. Não se pode virar as costas para o domínio da casta burocrática que expropria os sindicatos das massas. O controle burguês dos sindicatos é um poderoso obstáculo para a ação direta, para a unificação dos trabalhadores e para a organização fabril”. (...)

“A orientação revolucionária é a de penetrar nos sindicatos com o Programa de Transição. (...) É nesse sentido que tomamos a tarefa de construir as frações revolucionárias no interior dos sindicatos, enraizadas no trabalho de base e na organização fabril. (...) O objetivo de libertar os sindicatos é justamente o de abrir o caminho para a luta de massa, que os ultrapassará organizando-se em uma rede nacional de comitês revolucionários, ou seja, de conselhos, de assembleias populares, que terão a função de estado-maior da revolução proletária”. (...)

“Desde cedo, o trabalho nos sindicatos tem por orientação organizar as comissões de fábrica como instrumentos de formação das direções de base e de derrubada da burocracia. Para isso, o partido se utilizará da tática do trabalho ilegal (clandestino), semilegal e legal, de acordo com as condições políticas e de desenvolvimento da luta de classes”.

14. Piquetes de greve, comitês de autodefesa, milícia operária e armamento do proletariado

“O capitalismo, quanto mais caminha para a barbárie social, que é uma violência econômica contra as massas, mais está obrigado a se utilizar da violência militar contra os trabalhadores”. (...)

“Qualquer greve, ocupação de terra, ocupação de fábrica e manifestação de sem-teto são tratadas com rigor policial pelo Estado. Com a crise da democracia burguesa, as forças da reação conspiram constantemente em favor de golpes militares, de abolição das liberdades democráticas, de assassinatos de militantes, enfim, de implantação do regime fascizante”. (...)

“Assim que a luta de classes recrudescer, se generalizar e começar a ultrapassar os limites da grande propriedade (monopólios, latifúndios) e se chocar com o Estado, o capital desfechará uma repressão militar de grande envergadura. A tendência da luta de classes é a de se transformar em guerra civil”. (...)

“Os reformistas, pacifistas e burocratas sindicais apenas lamentam o uso da violência do capital e fazem apologia dos métodos democráticos. Essa é uma política de capitulação frente ao terror direitista, ao armamento dos exploradores e desarmamento dos explorados”. (...)

“O ponto de partida da organização das milícias operárias e camponesas é a de formar os comitês de autodefesa ligados à luta de massa, de onde se extrai e se assenta a política militar dos explorados. Os piquetes de greve e os comitês agrários são as células básicas da formação dos destacamentos operários e camponeses”. (...)

“A situação embrionária da construção do partido operário revolucionário é um obstáculo para avançar os organismos de autodefesa, mas o seu próprio desenvolvimento nas camadas mais resolutas depende de se apoiar na situação objetiva de choque de classes e na necessidade da autodefesa operária, camponesa e popular”.

Nesta edição:

Venezuela: Considerações sobre a crise venezuelana; Campanha do POR em Defesa da Venezuela no ABC Paulista; São Paulo - Marcha em defesa da Venezuela; Rio Grande do Sul - Lançamento Comitê de Solidariedade à Venezuela; Plenária Nacional de Mobilização; Grupo de Estudos - Tema Venezuela; Declaração do Comitê Construtor do POR no Chile;

Bolívia: Análise do acordo fraudulento da cob e o governo; O papel do proletariado e a necessidade de reposicionar sua estratégia revolucionária; A causa última da crise do sindicalismo operário;

Irã: Declaração do CERQUI - Não à intervenção dos Estados Unidos e Israel no Irã!;

Groenlândia: expressão da crise e decadência capitalista;

102 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin): Uma vida dedicada à revolução proletária na Rússia e ao internacionalismo marxista.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Considerações sobre a crise venezuelana



- 1 – Antes mesmo do sequestro de Maduro pelas unidades militares dos EUA, a presença da armada norte-americana na costa da Venezuela, a partir de agosto, e a captura de petroleiros em dezembro de 2025, forçaram o governo Maduro a negociar com a Casa Branca. O chavismo se mostrou disposto a ceder perante Washington não apenas na exploração das maiores reservas de petróleo do mundo, mas, inclusive, na transição do regime. A imprensa burguesa tratou de difundir amplamente a proposta feita por Trump de que Maduro e sua família buscassem exílio na Turquia. Especula-se que Maduro chegou a iniciar negociações com Lukashenko, em novembro, quando o cerco militar à Venezuela foi intensificado. Mesmo optando por permanecer no governo, contando com o apoio de boa parte da maioria da população, o então presidente se colocou à disposição para tratar do narcotráfico e da entrega do petróleo às companhias norte-americanas, como se depreende de suas entrevistas nas vésperas do ano novo.
- 2 - O sequestro de Maduro pela Força Delta da marinha norte-americana na Operação Resolução Absoluta indicou não apenas a enorme superioridade militar dos EUA sobre a empobrecida Venezuela (ainda que contasse com equipamentos russos e chineses), mas igualmente com o alto grau de apodrecimento do regime chavista. Os noticiários expuseram fartamente como as operações prévias da CIA encontraram um terreno fértil no alto comando militar e governamental. As divisões e fissuras no interior do chavismo, que já vinham se processando há algum tempo, se agravaram diante da possibilidade de um enfrentamento armado com os EUA. Do ponto de vista técnico-militar, o esgotamento do chavismo se expressou no enorme despreparo e fraqueza operacional de suas defesas, tal como seu inerte dispositivo de segurança.
- 3 – O atual governo de Delcy Rodriguez é um governo de capitulação e negociação da transição. Sua estabilidade e capacidade de governar dependerão, em grande medida, dos acordos e entendimentos entre a cúpula chavista e Washington. Embora tenha denunciado em sua posse a agressão sofrida pela Venezuela e sua filiação ideológica ao chavismo e ao patrono nacional Simón Bolívar, deixou claro que o novo governo “reafirma sua vocação de paz e convivência pacífica” e busca por “um relacionamento equilibrado e respeitoso”. A fala de que a “Venezuela merece paz e diálogo e não guerra” foi entendida por Washington como a confirmação de que o novo governo será um instrumento do imperialismo para a recolonização do país. A julgar pelas notícias veiculadas na imprensa burguesa norte-americana, Delcy Rodriguez e seu irmão Jorge Rodriguez (presidente da Assembleia Nacional venezuelana) já haviam sido sondados em outubro pelo Departamento de Estado para uma possível transição. A sinalização da Casa Branca de que retomará relações diplomáticas com a Venezuela, rompidas desde janeiro de 2019, reforçam essa tese.
- 4 – A manutenção das principais figuras do regime nos seus postos e a recusa de Trump em aceitar que o governo fosse entregue à direita Maria Corina (do Vem Venezuela) ou mesmo a Edmundo Gonzáles (do Plataforma Unitária), que disputou as eleições presidenciais de 2024, expressam a compreensão do imperialismo de que a condução do governo pelo nacional-reformismo chavismo (agora alquebrado e conciliador) é a melhor forma de pôr a Venezuela sob as rédeas econômicas e políticas de Washington, sem desencadear uma convulsão social. O comentário de Trump de que Corina, apesar de simpática “não tem o apoio nem o respeito do país”, deixa clara a preocupação de erguer um governo que, antes de tudo, tenha

condições de evitar um levante anti-imperialista e, portanto, seja capaz de conter a indignação com o ataque militar ainda recente e, simultaneamente, comandar a esperada transição. O que resta do chavismo, que permanece inimigo visceral da oposição direitista, deseja cumprir este papel e é o único a reunir, atualmente, as condições necessárias. No momento, portanto, os encargos da dominação imperialista impõem uma colaboração entre o chavismo e a Casa Branca. Às massas foram prometidas melhores condições de vida sob o novo governo, que contará com o alívio das sanções. Apenas estas condições econômicas e a reação dos explorados determinarão em que medida se desenvolverá esta colaboração, seu ritmo e duração, uma vez que o imperialismo necessita efetuar uma transição que ponha o poder de Estado nas mãos dos partidos mais abertamente entreguistas. Trump trabalha por varrer o nacionalismo chavista que nacionalizou as reservas e a indústria petrolífera. Eis por que o governo e o parlamento venezuelanos se dispuseram a dar início a um processo de privatização que colocará as riquezas petrolíferas em poder das multinacionais.

5 – A falência do chavismo - afundado em corrupção, repressão, mandonismo e burocratismo, com episódios de deserção no alto comando e suspeitas de traição (daí a dependência cada vez maior à inteligência cubana), sua inépcia em impulsionar as forças produtivas do país etc. - se expressa agora na incapacidade de defender a soberania nacional. Ocorre com o nacional-reformismo chavista (cujo conteúdo de classe é indistintamente burguês) o mesmo que com os inúmeros experimentos nacional-reformistas na América Latina e fora dela. Concluem sua trajetória esgotados e prostrados diante do imperialismo, do capital financeiro e suas transnacionais. As principais cabeças do PSUV: Diosdado Cabello (Ministro da Justiça e Interior), Jorge Rodríguez (chefe do Legislativo), Vladimir Padrino (Defesa) e Caryl Rodríguez (Suprema Corte) passaram de anti-imperialistas a diplomáticos conciliadores. Contiveram o movimento de massas (especialmente dos setores mais empobrecidos de Caracas), que ganhou as ruas no início de janeiro, exigindo a resistência completa e repudiando qualquer capitulação a Trump, indicadas pelas negociações com Washington. O sequestro de Maduro e sua exibição como troféu em Nova York reflete não apenas a prepotência do imperialismo, mas é parte de um cálculo político preciso: as lideranças chavistas mais obstinadas precisam saber o que pesa sobre suas cabeças em caso de não colaboração de Delcy Rodríguez. Assim, o chavismo, esgotado e acossado pelo imperialismo, vem atravessando uma etapa decisiva na qual tende a se converter em nacional-reformismo moderado e plenamente respeitoso da democracia burguesa, a exemplo de seus homólogos latino-americanos. Caso esse prognóstico se confirme, é questão de tempo para o imperialismo pôr à frente do Estado venezuelano um títere ao feitio do imperialismo e da política de Trump.

6 – O governo Delcy vem ganhando estabilidade e tem conseguido, até o momento, assegurar a unidade das inúmeras frações que compõem o chavismo. No último período, tem empreendido uma reforma ministerial para melhor assegurar o controle da máquina pública. A despeito do radicalismo verbal de algumas tendências chavistas e do apoio manifesto dos reformistas democratizantes que proclamam o gabinete Delcy como

de “resistência ao imperialismo”, seu governo tem descaradamente servido de canal para a dominação imperialista sobre a Venezuela e a transferência do controle das matérias primas aos EUA, tal como faz qualquer governo burguês pró-imperialista. Não à toa, aceitou de imediato a entrega de 50 milhões de barris aos EUA, mesmo com a imposição de Trump de que Washington administrará parte dos ativos provenientes da venda do petróleo. Delcy tem insistido na bandeira de reforma do setor petrolífero, cuja finalidade não é outra senão facilitar a entrada e o controle da exploração pelas transnacionais norte-americanas. A promessa de encontro pessoal com Trump na Casa Branca e a visita do diretor da CIA, John Ratcliffe, a Caracas (que exigiu o fim da cooperação militar e de inteligência com Cuba, China e Rússia) a pouco menos de duas semanas do ataque militar ao país, mostra o quanto o chavismo tem se curvado frente ao imperialismo.

7 – O desmoronamento do chavismo e sua revolução bolivariana se dão a olhos vistos, ainda que controlem os movimentos de massa e a amordaçada classe operária. Sua sobrevivência como antes é impossível e uma fragmentação futura é mesmo inevitável. O mais provável é que uma ala minoritária, mais afastada dos postos governamentais e ligada a certos sindicatos, portanto, mais sensível às massas, permaneça com o estandarte de Chaves e reivindique o anti-imperialismo nacional-reformista, tal como nos primórdios do chavismo. Quanto às demais alas, especialmente aquelas que dividiram por longo tempo o botim estatal, abandonarão a versão mais “radical” do chavismo para se converterem em guardiãs da caricatura da democracia burguesa e se precipitarão no eleitoralismo burguês. A ausência do partido revolucionário (expressão da crise de direção do proletariado em escala mundial) dificulta que as massas, em meio a esta rica e brutal experiência de ofensiva imperialista sobre a nação oprimida, consigam superar o chavismo e encontrar o caminho da revolução proletária. Somente o proletariado à frente da maioria oprimida pode pôr em pé um movimento anti-imperialista.

8 – A ação militar dos EUA contra a Venezuela tem um indistintamente objetivo: conter a influência chinesa na América Latina, buscar seu confinamento na Ásia e tornar mais vulnerável seu acesso mundial a fontes de energia como o petróleo. Eis por que o representante dos EUA no Conselho de Segurança da ONU, Mike Waltz, declarou que não poderiam “continuar tendo as maiores reservas de energia do mundo sob o controle de adversários dos EUA”. O próprio Trump ameaçando o governo venezuelano esbravejou sobre “retomar o petróleo que nos foi roubado”. Os EUA preparam sua guerra contra a China. Um eventual conflito dessa magnitude haverá de passar não apenas pela capacidade industrial militar e de mobilização de tropas, mas pelo controle das fontes de matérias-primas e de energia. Em tempos de pré-guerra, o imperialismo precisa subtrair da potência asiática todas as fontes seguras de petróleo e barrar o controle chinês sobre as terras raras, o que os leva a encarar novamente o problema da mudança de regime no Irã.

9 – O bombardeio à Venezuela e o sequestro de Maduro não podem ser separados da movimentação subsequente do imperialismo de ameaças à Colômbia e Cuba, de promessa de ataques ao ter-

ritório do México (com a justificativa da presença de cartéis) e, mais recentemente, da pressão pela entrega da Groenlândia, em conflito aberto com a União Europeia. Tal movimentação expõe o escancarado imperialismo da maior potência (sua determinação em esmagar a soberania nacional das semicolônias e mesmo de aliados da OTAN), que se insere no quadro global da guerra comercial contra a China. Nas últimas décadas, o gigante asiático deslocou os EUA como o principal parceiro comercial da ampla maioria dos países latino-americanos. O declínio econômico dos EUA, de um lado, e o avanço chinês, por outro, determinam que Washington tenha de recorrer, cada vez mais, aos métodos militares para recuperar o terreno perdido na América Latina. Com Trump, potencializam-se os métodos militares e econômicos do imperialismo norte-americano, em detrimento dos pacíficos e diplomáticos, para recuperação de sua área de influência. A Casa Branca proclama abertamente a nova doutrina de que nenhuma influência chinesa ou russa será tolerada na América Latina.

10 – O encontro emergencial da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), de 4 de janeiro, mostrou a incapacidade das burguesias latino americanas de defenderem a soberania nacional em sua região. A reunião terminou sem um posicionamento público por parte do bloco, em razão do apoio velado ou mesmo aberto de parte dos governos (como o de Noboa do Equador e Milei da Argentina) à ação militar dos EUA. A Casa Branca contou desde o princípio com apoio logístico dos governos lacaios de Trinidad & Tobago, Guiana, República Dominicana, El Salvador e Panamá para preparar a ação militar em Caracas. A posição do Brasil, Colômbia, México e Uruguai - e mesmo de países europeus - condenando a ação militar norte-americana na Venezuela como violação da soberania do país, ruptura das leis internacionais, da carta da ONU etc. não passou de uma lamentação impotente, uma vez que foram incapazes de recorrer a qualquer forma de resistência anti-imperialista e de defesa real da soberania da Venezuela.

Campanha do POR em Defesa da Venezuela no ABC Paulista

Constituído o Comitê Popular em Defesa da Venezuela no ABCDMRR

No dia 10 janeiro, 7 dias após o ataque militar dos Estados Unidos à Venezuela, a Subseção da Apeoesp de São Bernardo do Campo sediou uma reunião frentista, visando a constituição do Comitê Popular em Defesa da Venezuela no ABCDMRR. O chamado foi atendido por diversas organizações da região, de maneira que a subseção ficou pequena. A militância do POR compareceu à reunião, na qual distribuiu a Carta Aberta “Pela constituição imediata da frente única anti-imperialista” dirigida aos sindicatos, movimentos e correntes políticas que se posicionam contra a invasão militar da Venezuela e sequestro do Presidente Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, e fez a defesa da política internacionalista do POR e do CERQUI.

Durante a reunião, foram discutidas e aprovadas várias propostas, das quais destacamos a convocação de um ato de rua em Santo André;

11 – A decomposição mundial do capitalismo, que resulta do choque das forças produtivas com as relações de produção capitalistas (mercado, propriedade privada, trabalho assalariado) assim como com as fronteiras nacionais, chegou ao nível de provocar novos e grandes abalos mundiais. A guerra comercial, que vai se intensificando e se generalizando, a escalada armamentista em todos os quadrantes, o aumento da instabilidade econômica e política (Ucrânia, Palestina, Venezuela, Sudão etc.) refletem o avanço da barbárie capitalista. A América Latina, mais uma vez, se torna palco de uma ação militar do imperialismo estadunidense. O vergonhoso servilismo dos governos burgueses de direita e ultradireita contrasta com a impotência e a falência do nacional-reformismo em encontrar o caminho da libertação dos países atrasados. As massas empobrecidas da América Latina, antes de tudo o proletariado, rejeitam o imperialismo e seus planos escancarados de saque e opressão nacional. Somente estas massas são capazes de assegurar uma saída para a desintegração econômica que golpeia fundo a vida dos explorados. Esta saída não é outra senão a revolução social. A vanguarda militante tem a urgente tarefa de erguer o partido mundial da revolução socialista (IV Internacional) e confluir com a luta dos explorados. A libertação das massas e a emancipação dos povos oprimidos latino-americanos só poderão encontrar lugar por meio das revoluções proletárias e da constituição dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Nessas condições bem definidas de decomposição do capitalismo e de projeção da barbárie que se impõe a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. A defesa da soberania da Venezuela após a invasão militar do imperialismo, o sequestro do presidente Maduro e a manifesta posição colaboracionista do governo interino de Delcy se coloca no terreno do combate aos capituladores e aos colaboracionistas. Está nas mãos da classe operária pôr em marcha a luta independente do chavismo e erguer as trincheiras da frente única anti-imperialista.



um manifesto de lançamento do Comitê; a construção de uma faixa com as palavras de ordem “Trump, tire suas mãos da Venezuela - Fora imperialismo da América Latina e Caribe”; o chamado à construção de um Dia Nacional de Luta, com paralisação; e uma Carta Aberta ao Presidente Lula. Foi pontuado que no card de convocação do ato deveriam constar as bandeiras políticas do Comitê e não frases célebres, mas, contraditoriamente, o card foi elaborado com uma frase de Simón Bolívar, sem qualquer menção à expulsão do Estados Unidos, indicando um problema no que se refere ao encaminhamento da decisão coletiva.

Em relação à proposta de construção de um Dia Nacional de Luta, com paralisação, que se vincula ao chamado para que as Centrais Sindicais o convoquem e assumam a luta anti-imperialista, uma militante do PT pontuou que o chamado não deveria ser dirigido explicitamente à CUT e sim às centrais em geral. Apesar do acordo com tal apontamento é importante destacar que a CUT é a principal central sindical brasileira, de maneira que sua adesão pressionaria amplos setores do movimento sindical e as demais centrais e a engrossarem a luta. Ali-

ás, em 13/01, o POR divulgou uma Carta chamando a CSP-Conlutas/ABC e à sua Direção (divulgada nesta edição do jornal), a se somarem e impulsionarem à luta anti-imperialista na região, e o PSTU, que é a corrente majoritária desta Central, sequer enviou um representante para o ato regional de 17/01.

Reconhecendo a necessidade de uma resposta do internacionalismo proletário à crise mundial do capitalismo, a militância do POR defendeu a constituição de um comitê de caráter anti-imperialista. Inicialmente, os presentes indicaram acordo com essa proposta, mas em função de alguns questionamentos, a proposta ficou de ser aprofundada na próxima reunião. Questionou-se, por exemplo, se a aprovação do Comitê Anti-imperialista implicaria a unificação com o ABCComitê em Defesa da Palestina, no que respondemos que sim, que se trata justamente de integrar e unificar as lutas anti-imperialistas. Outra proposta, esta do MST-ABC, que ficou de ser discutida na próxima reunião é a de reivindicar do governo Lula/Alckmin um convite à Venezuela para se integrar ao BRICS, a fim de romper o isolamento diplomático do país.

Observamos que a suspensão dessas propostas pode indicar uma divergência política quanto à tática de combate ao imperialismo, pela via do nacionalismo burguês ou da revolução proletária. Nos países semicoloniais, como é o caso do Brasil e da Venezuela, a tática de combate ao imperialismo corresponde à Frente Única Anti-imperialista, onde o proletariado une-se à maioria oprimida sob a base da independência política diante da burguesia. Outra tática é a do nacionalismo, que consiste em ações governamentais que visam a soberania nacional, apoiando-se em setores da burocracia estatal e da burguesia local, negligenciando o programa da classe operária de insurreição armada, expropriação da burguesia e planificação da economia.

Carta do POR à CSP-Conlutas-ABC e à sua Direção

A militância que é ligada ao movimento social e sindical do ABC tem participado das manifestações e esteve presente no ato do dia 3 de janeiro de 2026 na capital paulista, quando a Direção da CSP-Conlutas fez um chamado emergencial para contestar o ataque que os Estados Unidos desferiram contra a Venezuela.

O ato de rua de 3 de janeiro teve enorme importância, pois indicou o tom de como a luta deveria caminhar. Por isso, é preciso que se amplie a mobilização, que se convoque as demais Centrais e que a própria CSP-Conlutas fortaleça a luta anti-imperialista.

Nos últimos dias, diante do ataque dos Estados Unidos à Venezuela, o ABC tem se movimentado para discutir como se organizar para enfrentar o imperialismo. Em reunião convocada pela Direção da Sub-sede da Apeesp de São Bernardo do Campo, ligada ao PSOL, no dia 10 de janeiro de 2026, constituiu-se o Comitê Popular em Defesa da Venezuela no ABCDMRR. No próximo sábado, dia 17 de janeiro de 2026, às 10h, no Calçadão da Oliveira Lima, ocorrerá o lançamento público do Comitê em um ato de rua. Inicialmente pensado pela Frente Povo Sem Medo, após mais de cinco horas de discussão que culminaram na formação do Comitê, o ato foi incorporado por diversas organizações.

Uma das principais deliberações da reunião foi a necessidade de convocar as Centrais Sindicais para engrossarem a luta em defesa da Venezuela, da América Latina e de todos os povos oprimidos pelo imperialismo estadunidense. Nesse sentido, é de extrema importância que a CSP-Conlutas dê uma atenção especial para o ato regional do dia 17, com uma intervenção mais orgânica no ABC, incorporando-se com suas reivindicações e participando como vanguarda desta luta.

Propomos intensificar essa luta partindo do ABC Paulista, território histórico da classe operária, que tem recebido e ecoado as denúncias contra o imperialismo. A classe operária tem se mostrado receptiva e sensível, como demonstra sua solidariedade às populações massacradas, a exemplo da posição amplamente contrária ao genocídio na Palestina, expressada nas ações realizadas na região.

Esse chamado à CSP-Conlutas do ABC e à sua Direção, para que convoquem e organizem seus militantes a se somarem às atividades para aprofundar a luta anti-imperialista, em especial os atos em defesa



da Venezuela é parte da batalha do POR pela convocação de um Dia Nacional de Luta e pela constituição da Frente Única Anti-imperialista. Nós do POR acreditamos que as Centrais Sindicais Brasileiras têm plenas condições de fazer esse chamado à classe operária, especialmente no ABC.

Pelo fortalecimento da luta anti-imperialista! Em defesa da soberania das nações oprimidas!

Realizado o 1º Ato em Defesa da Venezuela no ABC

Convocado pelo recém-criado Comitê Popular em Defesa da Venezuela no ABCDMRR e organizações integrantes, aconteceu no sábado, 17 de janeiro, das 10h até aproximadamente 12h15, no Calçadão da Oliveira Lima, no centro comercial de Santo André, um ato de solidariedade internacionalista com os venezuelanos diante dos brutais ataques desfechados nas últimas semanas, e sobretudo após a invasão e sequestro em 3 de janeiro, a mais grave ação do imperialismo estadunidense em nosso continente nas últimas décadas.

Esse primeiro ato na região, com grande importância devido ao lugar que o ABC ocupa na economia nacional, reuniu cerca de cinquenta pessoas. Atenderam o chamado algumas entidades e organizações. O POR foi o primeiro a falar após a abertura do ato com a leitura do Manifesto do Comitê. O ato também contou com um venezuelano, que se opôs à agressão imperialista.

As falas foram de 3 minutos. O POR defendeu que não se trata de um ato isolado. De que importa aos brasileiros defender os venezuelanos desse ataque, de que precisamos unificar as lutas e comitês existentes no ABC e convocar novas reuniões e atos para seguir mobilizados. Tratou da defesa incondicional da Venezuela e da relação com a Palestina e os ataques econômicos do imperialismo ao Brasil. Houve caminhada e o POR fez agitações com palavras de ordem no megafone enquanto descíamos o Calçadão, além de distribuir o Manifesto Massas. Ao chegar na outra ponta, deu-se continuidade as falas até todas as inscrições concluírem.

Durante o ato ocorreram alguns ataques por parte de transeuntes reacionários, inclusive de um imigrante fugitivo da Venezuela e pelo conhecido provocador ex-deputado estadual Douglas Garcia. O importante que os manifestantes os colocaram para fora do ato. Esses episódios, contudo, surpreenderam o Comitê, que não havia discutido como responder, nem organizado uma comissão de segurança para o ato. Nessa direção, é fundamental que, na próxima reunião, seja feita uma avaliação crítica e autocrítica. Infelizmente, a próxima reunião do Comitê ficou para 30 de janeiro, na sexta à noite, de forma remota/online. Algo muito ruim: não se deve demorar tanto para avaliar o primeiro ato e agendar as próximas ações; o método remoto e na sexta-feira à noite tem, na prática, caráter desmobilizador e apassivador. Devemos fazer a crítica a esse formato e lutar por reuniões presenciais, que preparem novas ações de ruas.

Logo após o ato, o POR realizou a distribuição do Boletim Nossa Classe na Bridgestone fazendo a defesa da Venezuela. É preciso mobilizar nas fábricas, universidades e escolas para que a população participe e assimile a política anti-imperialista.



São Paulo

Marcha em defesa da Venezuela

No dia 11 de janeiro, em São Paulo, aconteceu uma manifestação em defesa da Venezuela, convocada pelo Partido da Causa Operária. Contou com aproximadamente 300 pessoas, que marcharam da praça Oswaldo Cruz ao MASP.

O POR compareceu à manifestação, diferente dos partidos centristas e reformistas que somente em palavras defendem a Venezuela. Vale lembrar que o PCO também não compareceu às manifestações convocadas pela Conlutas. Essa postura de ambos os grupos, PCO de um lado e PSTU e outras correntes, de outro, mostra o sectarismo na prática. Por conta de suas divergências políticas, enfraquecem a luta coletiva em defesa da nação oprimida que está sendo atacada pelo imperialismo.

Distribuímos na manifestação o Manifesto do POR e a declaração do CERQUI. Durante a marcha apenas o POR entoou palavras de ordem em defesa da Venezuela, dos palestinos e iranianos que estão sendo atacados neste momento. Em nossa intervenção no carro de som, explicamos a importância da defesa incondicional da nação oprimida, além dos fundamentos desse ataque dos EUA, que consistem em bloquear o avanço da China na América Latina. Por fim, defendemos a formação imediata de uma frente única anti-imperialista como uma tática necessária para unir as classes trabalhadoras da América Latina e assim barrar o avanço do imperialismo em sua ofensiva belicista.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos
Lênin e Trotsky

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Rio Grande do Sul

Lançamento Comitê de Solidariedade à Venezuela

No dia 15 de janeiro, foi lançado um “Comitê de Solidariedade à Venezuela”, em cuja reunião estiveram presentes representantes de movimentos sociais, sindicatos e partidos da esquerda. A maioria das intervenções esteve voltada à defesa do regime venezuelano e à posição de que o comitê deveria se dedicar a propagandar que a Venezuela é um país democrático.

O POR esteve presente, distribuiu a carta em defesa da constituição de uma frente única anti-imperialista e realizou uma fala em defesa dessa posição, enfatizando que diante do avanço imperialista contra uma nação oprimida, não está colocada a questão do regime venezuelano ser mais ou menos democrático, sendo a caracterização de ditadura uma artimanha do imperialismo para condenar governos que nacionalizaram ramos estratégicos de interesse do imperialismo, logo a defesa da Venezuela deve ser incondicional assim como a exigência de libertação de Maduro e a retomada do seu posto de presidente. Também foi ressaltada a importância do lançamento do comitê, como um primeiro passo, e que este deveria assumir a tarefa de mobilizar os sindicatos, os demais partidos, os movimentos sociais para constituir uma frente única anti-imperialista, explicando aos presentes o significado dessa frente e o programa que ela deve adotar para expulsar os Estados Unidos da Venezuela e da América Latina.

Nessa primeira reunião de lançamento do Comitê, a desorganização geral da discussão e a ausência de democracia no tratamento dos encaminhamentos impediram a definição de uma agenda de luta, desconsiderando muitas das propostas apresentadas tanto pelos militantes do POR quanto por outros participantes. Essa situação começou a ser corrigida no segundo encontro ocorrido no dia 22/01, no qual o POR esteve presente e enfatizou novamente a necessidade de transformar o comitê em um instrumento de mobilização por uma frente única anti-imperialista e também defendeu a forma de discussão mais democrática das reuniões e dos encaminhamentos.

Nesse segundo encontro, conseguimos convencer os companheiros que estão constituindo o comitê de que não é nosso papel defender o regime político da Venezuela, de que não está em pauta se o regime é ou não é “democrático”, mas sim defender incondicionalmente a nação oprimida diante da ofensiva imperialista, explicando que seguir pelo caminho de comprovar a “lisura das eleições” na Venezuela para mudar a “opinião pública” significaria dar o aval para o imperialismo invadir outras nações não consideradas “democráticas”, como por exemplo, o Irã. Também foi esclarecido a necessidade de impor que Maduro seja reconduzido ao posto de presidente e não apenas levantar a bandeira da sua “libertação” tendo em vista tratar-se de um sequestro e não de uma simples prisão política.

O comitê encaminhou atividades práticas de intervenção e organizará em Porto Alegre o ato do dia 28/01 como parte do dia continental de luta em defesa da Venezuela pela libertação de Maduro.

R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL

A CLASSE OPERÁRIA ESTÁ DIANTE DA TAREFA DE SUPERAR A CRÍSE DE EMPREGO REVOLUCIONÁRIA VINDA DO ANO DA IV INTERNACIONAL

Plenária Nacional de Mobilização: palanque burocrático que não serviu para organizar a luta anti-imperialista

No dia 17/01, ocorreu em formato virtual a “Plenária Nacional de Mobilização” com a chamada: “Liberdade para Maduro e Cilia, já! Fora Trump, somos Zona de Paz”. Esse chamado esteve colocado com o ponto de continuidade após a manifestação que ocorreu em São Paulo em frente ao Consulado dos EUA no dia 05/01. Na chamada constavam as organizações que convocavam a plenária, excluindo o POR que atuou na primeira plenária do dia 4 de janeiro, mas foi alijado de fazer a intervenção. A forma da convocação da plenária já apontava que seria dominada pelos reformistas e que seria burocraticamente centralizada. Já na abertura, os organizadores informaram que a plenária teria caráter mais “formativo”, ou seja, que seria um palanque e não uma verdadeira plenária. Falaram apenas os que foram decididos previamente entre aqueles que diziam convocar a plenária, com uma representação de cada partido “nacional” e a fala de alguns figurões como Breno Altman, que abriu a “plenária”, e Valério Arcary, de modo que não houve vozes dissonantes.

Apesar da chamada dizer “esta plenária (...) terá como objetivo orientar, coordenar e fortalecer a solidariedade ativa ao povo venezuelano, a defesa da soberania regional e a construção de ações unitárias, nacionais e continentais, em resistência ao imperialismo e à política de guerra dos Estados Unidos”, nenhum tipo de coordenação foi ali decidida. Mesmo o calendário já estava pre-

estabelecido e não foi debatido. O calendário informado constava apenas de indicação para que as “regionais” se organizassem para fazer manifestações no dia 28 e que todo dia 3 de cada mês (quando se completa um novo mês do sequestro de Maduro) se fizessem manifestações. Ou seja, a “orientação” prática sobre como combater o imperialismo foi vaga, a “coordenação” não existiu (porque sequer comitês regionais foram ali apontados) e o “fortalecimento da solidariedade ativa” não teve nada de ativa.

Na realidade, essa “plenária” serviu como freio de uma construção verdadeira da luta anti-imperialista. As intervenções expressaram o conteúdo da América Latina como “zona de paz”, com um pacifismo pequeno-burguês que ignorou completamente a luta de classes e a necessidade de uma verdadeira luta nas ruas contra o intervencionismo imperialista.

O POR compareceu à plenária para defender que é preciso erguer a frente única anti-imperialista. Para isso, a mais ampla democracia operária precisa ser aplicada. Mostrar que os governos nacional-reformistas se mostraram incapazes de fazer o combate pela soberania e autodeterminação dos países semicolônias convocando as massas à luta. Que é a partir das bases dos movimentos e dos sindicatos que se poderão organizar os comitês de frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária.

Grupo de Estudos do Marxismo

O que está por trás do ataque dos EUA à Venezuela?

No dia 14 de janeiro, o POR realizou um estudo virtual sobre a Venezuela através de seu Grupo de Estudos do Marxismo. O chamado para o encontro trazia a seguinte pergunta: O que está por trás do ataque dos EUA à Venezuela? A atividade, que tinha como objetivo fortalecer a compreensão coletiva do problema, contou com aproximadamente 30 pessoas de diversos estados do país.

Discutiu-se inicialmente o significado da pergunta que constava no chamado, sobre o que estaria por trás do ataque dos EUA à Venezuela. A resposta mais óbvia e direta seria o petróleo, mas essa intenção do imperialismo não é oculta, pelo contrário, Trump fez questão de deixar muito claro que seu objetivo imediato era a reimplantação das grandes monopolistas do petróleo para a extração e tratamento em solo venezuelano. O que estaria por trás então seria algo mais profundo, a saber, a guerra comercial contra a China, o que inclui sua disputa econômica internacional e a tentativa yankee que barrar a penetração do capital chinês na América Latina, considerada o quinta dos Estados Unidos. A política de Trump em seu segundo mandato, mais agressiva que no primeiro, é a de retomar os princípios da doutrina Monroe, o que implica também em um domínio regional absoluto.

Outros camaradas fizeram intervenções no grupo no sentido de precisar ainda mais essa explicação, além dos fundamentos da guerra comercial atual, que tem determinado os rumos da política internacional.

Para esse estudo foram propostos como textos-base a Resolução sobre a América Latina, que consta no boletim número 42 do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, o CERQUI, e as notas sobre a Venezuela que foram publicadas pelo partido em 2026. Alguns camaradas destacaram pontos específicos da resolução sobre a América Latina, lendo seus trechos para fazer a discussão. “2. O plano de Trump para a América Latina se assenta na guerra comercial dos Estados Unidos com a China, que envolve a economia mundial. 3. A intervenção dos Estados Unidos no Panamá e, em seguida, o cerco montado no Mar do Caribe e Pacífico contra a Venezuela e Colômbia, as iniciativas de reativação de bases militares e a orientação do Comando Sul de reforçar sua presença na região correspondem à escalada militar que vem sendo impulsionada mundialmente. 4. Os bombardeios contra embarcações venezuelanas e colombianas sob a alegação de combate ao “narcoterrorismo” são prenúncios de que o imperialismo poderá atacar diretamente o território venezuelano.” Neste trecho o objetivo do camarada que fez a leitura era demonstrar a importância dos prognósticos que o partido revolucionário deve fazer diante do desenvolvimento da crise. Esses prognósticos podem ou não se cumprir, mas quanto mais próximo for o acompanhamento da luta de classes e de seus determinantes materiais, mais chance o prognóstico tem de ser tornar acertado.

Outro camarada destacou as bandeiras que têm guiado a linha política desenvolvida pelo CERQUI e por suas seções:

“defesa incondicional da nação oprimida frente ao ataque do imperialismo”, “pela autodeterminação da Venezuela” e “por uma frente única anti-imperialista”. Explicou a importância da palavra “incondicional” na bandeira, mostrando que a política proletária não comporta vacilações frente ao imperialismo. Uma simpatizante questionou essa palavra de ordem, ao que outros camaradas retomaram a explicação. A defesa incondicional da nação oprimida diante do ataque da nação opressora não implica de forma alguma apoio à política do grupo dirigente da nação atacada, no caso, o chavismo. Implica que as massas venezuelanas devem resolver seus problemas internos, inclusive com o chavismo, mas não cabe ao imperialismo intervir no país semi-colonial. Disso também resulta a bandeira da autodeterminação. A frente única anti-imperialismo comparece como a tática adequada ao avanço

do imperialismo em várias frentes como a Venezuela, Colômbia, Groenlândia, Gaza, Irã etc. Tal frente deve ser organizada desde os sindicatos e movimentos populares no sentido de organizar o combate desde seu próprio país.

O grupo contou com ampla participação destacando diversos aspectos do problema. Um camarada, que morou na Venezuela por alguns anos e trabalhou no setor produtivo, falou sobre sua experiência e seu conhecimento em relação aos problemas da luta de classes no regime chavista, em especial os problemas ligados à burocracia sindical.

Avaliamos como muito positiva a atividade. Foi um encontro extraordinário do Grupo de Estudos, mas que prepara o retorno dos estudos dos clássicos do marxismo para os próximos meses.

Declaração do Comitê Construtor do POR no Chile, seção do Comitê de Enlace pela IV Internacional

Os criminosos e os imbecis aplaudem a invasão imperialista contra Venezuela (de Lucha Obrera Nº 67, janeiro de 2026)

Ao descarado governo e a sua ex-ministra J. Jara nunca lhes interessaram as ameaças do imperialismo contra a Venezuela. Isso seria justificável para o cidadão comum, devido à pouca ou nenhuma informação fornecida pela imprensa burguesa, mas não para quem conhece o imperialismo, para quem sabe das execuções anteriores na Bahia dos Porcos em Cuba, República Dominicana, Granada, Panamá, Haiti, Nicarágua, Vietnã, Iraque, Líbia e, hoje, no Oriente Médio.

Diante desses múltiplos exemplos, era esperada uma ação semelhante na Venezuela. Já alertamos o que poderia acontecer com as ações criminosas de Trump e seus representantes na América Latina, assim como com as lideranças europeias submissas e servis, cujo apoio aos Estados Unidos tem sido ostensivo. Eles apoiam e fortalecem o genocídio sionista, apoiam uma potência decadente que anseia voltar a ter a hegemonia do século passado, a mesma que provocou tanto estrago ao mundo e à nossa nação, atrasada e semicolonial, exausta pelo reformismo populista e pelo revisionismo estalinista, que, novamente, abrem caminho para a ultradireita fascista.

Conhecendo o governo e seu líder Gabriel Boric, sabemos demais sobre suas cambalhotas para salvar sua triste reputação, “condenando a ação do imperialismo”, juntando-se a outros do mesmo naipe “repudiando Trump”. Oportunismo evidente, subordinação cínica que tenta se posicionar ao nível das manifestações populares genuínas e grandiosas na Europa, da resistência demonstrada pelas massas populares venezuelanas que aderiram ao governo chavista contra o imperialismo.

As declarações de Kast, Milei, Bukele, Von Derleyen, Macron e os ratos venezuelanos em países como o nosso se colocam na mesma linha da ganhadora do Prêmio Nobel Maria Corina Machado, repudiada como inútil, pouco reconhecida pelo presidente norte-americano, mas, cujo servilismo ao império decadente e corrupto não lhe serviu para nada, pois foi tratada miseravelmente como a burguesia faz com os cães dos outros.

A arrogância e estupidez dos Estados Unidos, especialmente do fascista que bombardeou a capital venezuelana, assassinando civis e encobrindo a traição de algum alto comando do governo chavista, que impunemente assassinou a escolta de Maduro, sequestrou sua esposa, com uma rapidez incomum, como fazem os

covardes, utilizando meios ultramodernos para capturar a preciosa presa. O propósito era explodir o regime que, por ora, permaneceu intacto diante das ações criminosas dos facinorosos, deixando milhares de analistas perplexos, especulando barbaridades contra o país caribenho e transformando o acusado do suposto crime de traficante de drogas em vítima da democracia burguesa que até então desfrutava o império decadente, e está agora recebendo as reações do México e da China no plano econômico e as ameaças militares de Putin.

Na tarde de 5 de janeiro, Delcy Rodríguez tomou posse como presidente interino, substituindo o presidente Maduro, que é injustamente acusado de crimes graves no tribunal de justiça de Nova York; naturalmente, ele e sua esposa se declararam inocentes das acusações graves que o imperialismo lhes imputa. Na Assembleia Geral da ONU a maioria dos países condena a violação e o sequestro, realizados pelos EUA, e exige a liberdade de Nicolás Maduro. Já o bastardo presidente argentino apoia o que seu mestre ianque fez.

Nosso total apoio ao país irmão da Venezuela, pois esta América Latina deve unificar-se em uma Frente Revolucionária Anti-imperialista, dirigida pela classe operária internacional. Os operários do mundo devem apoiar a luta contra o imperialismo dos EUA, para pôr fim a ele e à sua ditadura burguesa que oprime em todas as latitudes do mundo. A luta venezuelana deve unificar-se com a Palestina e com a classe operária da Ucrânia, para não deixar de fora nenhum operário consciente da tarefa da emancipação. Unidos podemos acabar com o capitalismo e todas as suas mazelas.

CRIAR A FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA CONTRA A BURGUESIA E SEUS LACAIS POLÍTICOS

PELA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA

PELO PARTIDO UNIFICADO NO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

VIVA O COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL

VIVA O CERQUI, VANGUARDA CONSCIENTE DA REVOLUÇÃO MUNDIAL

05/01/2026

Bolívia

Análise do acordo fraudulento da COB com o governo

Uma comissão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) chegou à Bolívia em 13 de janeiro para negociar um empréstimo milionário ao o governo, anunciou o presidente Rodrigo Paz em sua coletiva de imprensa. Um empréstimo que o povo trabalhador terá de pagar ao custo do agravamento a miséria no país.

O BID não é um órgão de caridade, é um tentáculo financeiro do imperialismo voltado a estrangular os países por meio de endividamentos usurários.

O apoio financeiro ao governo traidor de Paz-Lara é condicionado à garantia da segurança dos investimentos de empresas transnacionais interessadas em obter a exploração de nossos recursos naturais, para que os contratos com o governo estejam totalmente protegidos contra possíveis questionamentos ou modificações futuras.

Esse é o conteúdo do maldito decreto 5503, essa é sua essência.

A mobilização de trabalhadores, mineiros, operários, camponeses, professores etc., aos gritos BOLÍVIA NÃO ESTÁ À VENDA, BOLÍVIA SE DEFENDE! REVOGAÇÃO DO DECRETO 5503!, havia paralisado o país com o bloqueio das estradas e lutas permanentes nas ruas apesar das festividades de fim de ano, e estava em ascensão, colocando o governo nas cordas. O governo teve de passar no exame perante a comissão do BID sobre sua capacidade de garantir plena segurança aos investimentos imperialistas.

Não teve escolha a não ser ceder à exigência pela revogação do maldito decreto, mas preservou de forma enganosa sua essência. Redigiu um novo decreto “em consenso”, mas que manteve, exclusivamente, o subsídio ao combustível, ou seja, o objetivo de descarregar a crise sobre as costas dos de abaixo e garantir todas

as vantagens para os de acima; o reescalonamento individual dos empréstimos com o Banco, a “melhoria dos bônus sociais”, ou seja, o aumento de 300 para 500 Bs. da renda dignidade para os aposentados, a esmola do bônus do PEPE de 150 Bs. por 3 meses como compensação pelo impacto da eliminação do subsídio ao combustível; o ordenamento da política salarial, ou seja, o aumento do salário mínimo nacional para 3.300 Bs. Medidas que nem remotamente compensam a perda de poder de compra causada pela inflação; livre negociação salarial entre empregador e trabalhadores, congelamento salarial no setor público.

Resumindo: Revogar a 5503 para substituí-la por outra semelhante que se refere apenas à suspensão do subsídio ao combustível que já caiu como um porrete sobre a população com todas as suas consequências. O governo conseguiu introduzir a ideia de que isso era inevitável e necessário.

O restante do decreto “revogado” referindo-se à política entreguista vende-pátria será objeto de outro decreto, como disse Rodrigo Paz, ou talvez, será aplicado pelo parlamento, um antro de neoliberais, lacaios do imperialismo.

Mais uma vez, os explorados foram enganados por sua própria debilidade política ao aceitar o golpe da suspensão do subsídio. Por isso, Rodrigo Paz, em sua mensagem, apontou que a Lei 5503 já cumpriu seu objetivo: “estabilidade macroeconômica”, ao custo de mais miséria para a maioria e mais riqueza para os exploradores e transnacionais sugadores de sangue.

Após o discurso governamental, parece que a COB só agora toma consciência do engano e convoca uma reunião emergencial ampliada. Vários pontos de bloqueio se mantêm.

Voltemos a reorganizar a luta!

(Do Masas boliviano no 2866)

Bolívia

O papel do proletariado e a necessidade de reposicionar sua estratégia revolucionária como resposta à crise capitalista

A reação das massas ao gasolinação não foi, a princípio, uma resposta explosiva como a ocorrida em dezembro de 2010, quando o governo da Evo Morales suspendeu o subsídio ao combustível e foi forçado uma semana depois a revogar o decreto.

Diante da DS 5503, de 22 de dezembro de 2025, a COB decretou a greve geral indeterminada e a paralisia do país, com marchas e bloqueios, e entrou em conflito com a opinião de amplas camadas da classe média que apoiavam a medida do governo, principalmente o fim do subsídio ao combustível. A mobilização foi sustentada pela disciplina sindical de ferro do proletariado, principalmente dos setores de mineração, manufatura, construção civil e professores rurais e urbanos de classe média. À medida que os efeitos inflacionários começaram a atingir os setores mais pobres do interior e da cidade, devido ao aumento das tarifas de transporte, os bairros populares se mobilizaram massivamente, e, nesse momento, o avanço na elucidação e compreensão do caráter profundamente antinacional, esfomeador, vende-

pátria, antioperário e antipopular do DS 5503 impulsionavam a incorporação de novos setores ao combate.

O argumento de que o fim do subsídio ao combustível para enfrentar a crise financeira do Estado era inevitável e necessário, que cedo ou tarde teria de acontecer, não foi contestado pela liderança da COB com um plano alternativo que fosse uma expressão de uma resposta operária à crise. Já em 2010, a direção da COB indicou que concordava com o fim do subsídio ao combustível, mas que deveria ser gradual.

Nos últimos anos, exceto pelos casos isolados da COD de Chuquisaca, do COR de El Alto e das Federações de Professores Urbanos de La Paz e Chuquisaca, o Comitê para a Defesa da Cesta da Família – CBBA, que defenderam a necessidade de enfrentar a crise com a nacionalização da exploração do ouro e dos recursos minerais mantida nas mãos de capital estrangeiro, de nacionalizar os bancos e o agronegócio até o estabelecimento do monopólio estatal do comércio exterior para garantir dólares ao BCB, a

alta liderança da COB continuou presa ao legalismo e à lógica colaboracionista.

O desarmamento ideológico da direção operária se aprofundou com a submissão da burocracia sindical ao governo reformista pró-burguês do MAS, que buscava instaurar uma cultura de colaboração com os patrões e o Estado burguês. O chamado “sindicalismo de gestão” é, na realidade, o antigo sindicalismo amarelo, apegado ao legalismo burguês e ao colaboracionismo de classes, que era disfarçado de indígena, popular e pró-operário, reforçado com base em a prebendas e privilégios concedidos à alta direção e às camadas intermediárias da burocracia sindical, o que implicava o aprofundamento do abandono da estratégia política revolucionária do proletariado.

Mas a verdade é que esse desarmamento ideológico do movimento operário tem raízes mais profundas, é o ponto culminante da derrota da Assembleia Popular e da adoção, em substituição, da luta direta e imediata pelo poder e do estabelecimento do governo operário e camponês (ditadura do proletariado), da estratégia reformista burguesa da “luta pela democracia como um caminho indispensável para o socialismo”.

O golpe preventivo do Gorilla Banzer, que fazia parte do Plano Condor projetado pelo imperialismo para esmagar a insurgência operária e popular latino-americana, empurrou as massas a lutar pelo restabelecimento das garantias democráticas, uma luta que, de forma enganosa, foi distorcida pela esquerda reformista, postulando que era uma questão inseparável da “defesa da democracia” formal burguesa. Os operários, seguindo a esquerda reformista, lançaram-se à luta pela democracia burguesa como se fosse sua “própria bandeira”, a ponto de acreditar que ela subsistiu graças à sua luta.

A traição dos dias de março de 1985, quando 34.000 mineiros marcharam a La Paz gritando pelo salário mínimo vital, operários ao poder, foi em grande parte consequência do fato de que os trabalhadores não acreditavam na possibilidade certa de formar seu próprio governo, quando, na verdade, estavam no controle da situação política e a solução para o problema de armar as massas havia amadurecido. Se impôs a ideia reformista estalinista de que “não havia condições” para a tomada do poder.

(Do Masas boliviano no 2866)

Bolívia

A causa última da crise do sindicalismo operário é o abandono do objetivo histórico do proletariado: o socialismo, e a subordinação à democracia burguesa

A crítica das bases é que eles rifaram a independência sindical e entregaram a COB aos governos do MAS por 20 anos em troca de prebendas, prostituindo a função de direção. Mas esse processo degenerativo é, em última análise, apenas consequência de um fenômeno mais profundo: o abandono da política revolucionária própria da classe operária: o socialismo, em favor da democracia burguesa – supostamente para evitar novas ditaduras militares.

As direções sindicais repetem o discurso e as respostas ideológicas da classe dominante, demonstrando, assim, que o trabalhador despolitizado e sem consciência de classe é facilmente corruptível.

Declarações como “nós mineiros recuperamos a democracia”, “somos os principais defensores da Constituição Política do Estado e da Magna Carta”, “o MAS não deveria dividir-se para ter uma bancada parlamentar” ou “precisamos construir o Partido dos Trabalhadores para as próximas eleições em 2030” demonstram o cretinismo democratizante e parlamentar da burocracia sindical.

O caricaturesco sistema “democrático” em que vivemos e todo o corpo jurídico estabelecido têm um conteúdo de classe burguesa. O pilar central que sustenta e configura o funcionamento dos três poderes supostamente independentes e a forma de eleição dos governantes é a defesa da grande propriedade privada sobre os meios de produção, que estão nas mãos de empresários nacionais e estrangeiros, com seus interesses impostos sobre as necessidades e reivindicações das massas. O sistema democrático burguês protege os patrões, aos ricos vende-pátrias permitindo-lhes acumular suas fortunas e o saque de nossos recursos naturais à custa do atraso do país, da pobreza e da fome da maioria que precisa ganhar a vida sozinha na economia informal.

A crise política da classe operária vem acontecendo desde o golpe de Estado de Banzer em 1971, ditadura que interrompeu sangrentamente a luta do proletariado que encabeçava o povo oprimido na Assembleia Popular, verdadeiro órgão de poder das massas que propôs a estratégia final dos explorados: o

estabelecimento do socialismo na Bolívia. No período dos governos ultradireitistas, a classe operária lutou pelo pleno exercício das liberdades democráticas, mas foi a classe média democratizante que impôs a consolidação da “democracia” como finalidade do movimento operário, concluindo até hoje presa a essa orientação política estranha a ele. Agora, após 43 anos do regime democrático burguês (20 anos com governos neoliberais de 1985 a 2005 e 20 anos com governos do MAS de 2006 a 2025), operários, camponeses e as classes médias continuam atolados na pobreza e as nacionalidades originárias subjugadas. Foi com a “democracia” que 35.000 mineiros “se realocaram”, com o qual o país foi vendido (Lei de Capitalização, leis pró-negócios do masismo impostor, e, agora, com os decretos malditos e suas novas leis Paz-Lara).

A tese política aprovada no XVIII Congresso da COB em 2025 em Pando expressa o abandono da linha revolucionária. O documento proposto pelo setor manufatureiro que, embora demagogicamente diz seguir os postulados da Tese de Pulacayo, afirma que o objetivo estratégico do proletariado deixou de ser o socialismo, mas, a defesa do sistema democrático burguês e a colaboração de classes com empresários privados e investidores estrangeiros como meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

O retorno a um “sindicalismo revolucionário” só será possível se a independência político-sindical das organizações dos explorados for exercida na prática contra o governo empresarial. E isto só pode ser realizado se os trabalhadores pensarem e agirem com suas próprias cabeças, assumindo conscientemente sua ideologia revolucionária. Caso contrário, todos os movimentos de luta acabarão no colaboracionismo de classe ou estagnados no reformismo pró-burguês tão útil para o capitalismo, como demonstrado pela experiência desastrosa do “Socialismo do século XXI” e do indigenismo pró-burguês na Bolívia.

(Do jornal Masas boliviano nº 2867)

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Diante da sangrenta repressão do governo iraniano aos protestos das últimas semanas, é necessário que a classe operária se torne a classe dirigente da nação oprimida, com uma política claramente anti-imperialista e anticapitalista.

Não à intervenção dos Estados Unidos e Israel no Irã!

**Pela autodeterminação do povo iraniano. Basta de sanções e bloqueios!
Fim dos massacres!**

A onda de protestos contra o aiatolá Khamenei começou a tomar conta do Irã em 28 de dezembro, com uma greve de lojistas em Teerã, desencadeada por uma crise monetária e um colapso econômico, que desde então se transformou em crise profunda. Os protestos contra a desvalorização da moeda e a disparada dos preços se espalharam por cidades de todo o país. As mobilizações antigovernamentais chegaram ao setor petrolífero iraniano, com trabalhadores de um importante complexo de refino e petroquímica entrando em greve.

A queda do valor da moeda rial em nível histórico exacerbou a crise econômica decorrente de severas sanções internacionais. Talvez o Irã esteja diante da mais profunda crise das últimas décadas. O presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, tentou apaziguar os manifestantes prometendo revisar os aumentos de impostos planejados e qualificando de legítimas as reivindicações.

O Líder Supremo, aiatolá Ali Khamenei, sobreviveu a várias ondas de protestos, e esta é a quinta grande revolta desde 2009. A anterior, em 2022, também foi significativa. Os distúrbios na República Islâmica continua sem liderança e desorganizados.

Incapaz de conter os manifestantes com recursos econômico-financeiros limitados, a República Islâmica matou centenas e centenas. Ainda não se tem números precisos e confiáveis. Informações da ONG Iran Human Rights de 14 de janeiro referem-se a 3.379 manifestantes assassinados.

O governo interrompeu o acesso à internet. Até mesmo as ligações telefônicas tradicionais do exterior estão indisponíveis. O apagão não está afetando apenas os manifestantes, mas também causando um grande impacto na economia iraniana. O fato de já durar mais de 72 horas é um sinal do desespero do regime. A desinformação tem prevalecido, mas não se tem podido ocultar hospitais repletos de vítimas de disparos e cadáveres amontoados nos necrotérios.

Não há dúvida de que existem infiltrados e provocadores alimentando os confrontos. Mas, o fundamental é de que se trata de uma potente resposta popular à crise econômica que é descarregada sobre a população. As opções do regime iraniano estão se findando.

A República Islâmica é produto da revolução de 1979 que derrubou o regime do Xá da Pérsia, um fantoche colonial dos EUA na região e um de seus aliados mais leais. Os Estados Unidos e o Irã não mantêm relações diplomáticas formais desde que os EUA romperam os laços em 1980, após militantes estudantis iranianos tomarem a embaixada americana em Teerã e seus funcionários em novembro de 1979, desencadeando a crise dos reféns que durou 444 dias.

Trump ameaça intervir novamente no Irã. Ameaça os aiatolás, promete "resgatar" os manifestantes iranianos, afirma que "o fim da República Islâmica está próximo", que "o Irã busca LIBERDADE, talvez como nunca antes", "Os Estados Unidos estão prontos para ajudar!", "estão prontos para intervir se o regime matar manifestantes". "Se o fizerem, terão de pagar um preço muito alto". Os Estados Unidos, ao encorajar a oposição, gostariam de reinstalar os descendentes da monarquia de Mohammad Rezā Shāh Pahlavi.

O Irã está diante do esgotamento do nacionalismo incapaz de impulsionar as forças produtivas e do regime político teocrático que vem sendo contestado por mobilizações, principalmente por uma camada da juventude e de mulheres. Dessa vez, o movimento foi desencadeado por comerciantes que têm sofrido com a debacle econômica. Evidentemente, enormes camadas da pequena burguesia não podem manter-se passiva, embora o país como um todo tenha conhecimento do cerco econômico imposto pelo imperialismo e sofrido bombardeios vinculados à intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e ataques no Líbano, Síria e Iêmen.

Essa é uma contradição que somente a classe operária organizada e mobilizada sobre a base de um programa próprio pode responder. Sem uma estratégia de poder proletário, as camadas sociais que mais se ressentem da desintegração econômica acabam servindo aos objetivos dos Estados Unidos e de Israel. Essa é a tragédia iraniana que se expõe na brutal repressão desfechada pelo Estado burguês e na morte de milhares.

Trump e Netanyahu veem a possibilidade de recrudescer a ofensiva contra o governo nacionalista e preparar o caminho para derrubá-lo, substituindo-o por um governo serviçal. As vitórias de Israel e Estados Unidos no enfrentamento

à resistência do Hamas na Faixa de Gaza e do Hezbollah no Líbano, bem como a queda de Bashar al Assad na Síria, resultaram no enfraquecimento do denominado "Eixo da Resistência", do qual o Irã se constitui como a principal força econômica e militar.

O imperialismo e seus lacaios sionistas estão alimentando o levante justamente porque não está sob a direção da classe operária e de uma vanguarda que encarne o programa da revolução social. Caso contrário, estariam fazendo parte do massacre. A condenação de Trump ao governo iraniano por desfechar a sanguinária repressão tem por conteúdo o objetivo de se livrar do nacionalismo que ainda resiste à sujeição a que se submetem a imensa maioria dos países e dos governos do Oriente Médio. É fundamental compreender que a carnificina provocada pelo poder teocrático burguês favorece o fortalecimento do cerco imperialista ao Irã.

Qualquer forma de interferência dos EUA nos assuntos internos do Irã deve ser rejeitada. Seu objetivo não é defender os protestos ou as reivindicações populares; seu objetivo é eliminar o regime político que mais ferozmente lutou contra o Estado terrorista de Israel, a fim de garantir sua contínua expansão e domínio do Oriente Médio. Os EUA bombardearam diretamente as instalações nucleares há alguns meses em uma ação coordenada com Israel para impedir que o Irã exercesse seu direito de alcançar o pleno

desenvolvimento nuclear. As forças do imperialismo e do sionista também assassinaram lideranças proeminentes do governo.

A classe operária deve intervir com sua própria política, liderando a nação oprimida, defendendo incondicionalmente o direito do Irã à autodeterminação, defendendo o direito ao seu programa nuclear, organizando a economia de acordo com suas necessidades e rejeitando o bloqueio e as sanções impostas pelo imperialismo que estrangulam sua economia. O peso da crise deve recair sobre os capitalistas. Para isso, a vanguarda com consciência de classe, que se desperta em meio à comoção interna e convulsão externa, tem pela frente a tarefa de construir o partido revolucionário, ou seja, edificar o programa da revolução social.

Operários, camponeses e classe média arruinada:

Lutemos sob a bandeira de um governo operário e camponês, em defesa de um programa de reivindicações próprio e de combate ao imperialismo!

Lutemos pelo fim do massacre desfechado pela teocracia burguesa dos aiatolás com os métodos da luta de classes, da organização coletiva e da estratégia da revolução proletária!

14 de janeiro de 2025

Groenlândia: expressão da crise e decadência capitalista

Nas últimas semanas, em meio a graves acontecimentos protagonizados pelo governo Trump, o presidente retomou o seu "projeto" de anexar a Groenlândia, o que provocou reação não só da Groenlândia e Dinamarca, mas, também dos principais países europeus e membros da OTAN, devido à consequência – não desejada por eles – que a ameaça provoca: o fim da própria aliança atlântica. A reação foi necessária devido à contundência da ameaça de tomar a ilha nem que seja pela força militar, além das sanções econômicas aos países que não apoiarem a anexação.

A tensão chegou ao ponto de alguns líderes da UE se manifestarem a favor do enfrentamento e retaliações comerciais. "A Europa tem ferramentas muito poderosas agora, e precisamos usá-las quando não somos respeitados", disse o presidente francês Emmanuel Macron no Fórum Econômico Mundial em Davos. A própria Ursula von der Leyen, capacho dos EUA, chegou a afirmar que "nossa resposta será firme, unida e proporcional." Mas quem escancarou a real situação em que os Estados europeus estão em relação aos EUA foi o primeiro-ministro belga, Bart De



Wever: "Mas agora, tantas linhas vermelhas estão sendo cruzadas que você tem de escolher entre o seu amor-próprio — ser um vassalo feliz é uma coisa, ser um escravo miserável é outra bem diferente". Ou seja, o amor próprio da burguesia imperialista europeia permite-lhe, no máximo, ser um "vassalo feliz", até aí seria tolerável...

No final do dia 21 de janeiro, Trump anunciou um recuo, quanto ao uso da força e à imposição de tarifas aos países que não o apoiarem, cuja sinceridade está sob suspeita, mas, aliviou temporariamente a tensão. Contudo, isso não significa que tenha renunciado à ocupação da Groenlândia sob o pretexto da segurança norte-americana. O chefe da OTAN, o neerlandês Mark Rutte, estaria intermediando um acordo. Ninguém sabe que acordo é esse ou se seria apenas um esquema que permitiria uma saída honrosa ao Trump. É possível se chegar a uma situação de ocupação da ilha sem ferir a soberania da Groenlândia e da Dinamarca? O fato é que a retórica trumpista não renunciou ao projeto de utilizar a ilha como base militar dos ianques.



Nesse episódio, se revela cruamente a verdadeira relação de subordinação da Europa “civilizada” ao imperialismo ianque, estabelecida como consequência da Segunda Guerra Mundial, quando os EUA emergiram como a principal potência capitalista, com a dependência econômica que se estabeleceu no processo de reconstrução da Europa – e do Japão – e a tutela militar que significou a criação da OTAN.

Mas também é notável o desprezo que o atual governo dos EUA demonstra pelas hipócritas formas diplomáticas e o escancaramento agressivo de sua política de rapina, revelando o retrocesso na sua hegemonia mais do que uma posição de força, pois ocorre num quadro internacional em que o mercado da UE é disputado por outras forças econômicas.

Temos diante de nós um quadro em que além dos conflitos regionais também se expressam o choque entre as potências, no caso entre as da UE e os Estados Unidos. Este choque, aliás, é o que tem dificultado a consecução da Pax Americana do Trump na Ucrânia, pois são as potências europeias as que sabotam qualquer acordo com a Rússia desejado pelo Trump. O mais importante, entretanto, é que são choques decorrentes da profunda crise em que mergulhou o capitalismo, crise que empurra não apenas às guerras comerciais, mas coloca também o fantasma de uma conflagração generalizada.

A pretensão norte-americana de usar a Groenlândia como base militar avançada é antiga, vem do século XIX, como registra o jornal britânico The Guardian. Já em 1867, após a compra do Alasca da Rússia, o secretário de Estado William H. Seward considerou a aquisição da Groenlândia

e da Islândia, então sob domínio dinamarquês, projeto que não teve apoio do Congresso. Em 1941, com a Dinamarca ocupada pela Alemanha nazista, os EUA assumiram a defesa da Groenlândia, instalaram bases militares e passaram a controlar rotas aéreas e meteorológicas no Atlântico Norte. Em 1946, o governo de Harry Truman ofereceu US\$ 100 milhões em ouro à Dinamarca pela Groenlândia. A proposta foi recusada, mas marcou o momento mais claro em que os EUA tentaram oficialmente adquirir o território. Mesmo após a recusa, os EUA mantiveram bases militares (especialmente Thule, hoje Pituffik).

Na última semana, no auge da tensão entre os EUA e a UE, o jornal imperialista The Washington Post publicou uma matéria em que aconselhava o governo norte-americano a adotar uma solução “fácil”: “Trump poderia facilmente resolver as preocupações de segurança dos EUA sem assumir o controle total da ilha. Em certo sentido, o modelo está em outra ilha a apenas 145 quilômetros da costa americana – na base naval dos EUA na Baía de Guantánamo, em Cuba”, cuja “cessão” originalmente ocorreu no ano 1903 e foi renovada em 1934.

O fato é que a Groenlândia foi efetivamente sede de bases norte-americanas durante a Guerra Fria e além disso foi também cenário de um experimento denominado Projeto Iceworm, em 1960 que tinha como objetivo usar os túneis congelados do Campo Century para testar a viabilidade de um enorme local de lançamento sob o gelo, suficientemente próximo para disparar mísseis nucleares diretamente contra a União Soviética. Os engenheiros perceberam que o Iceworm não funcionaria. O gelo em constante movimento era muito instável e teria deformado e talvez até mesmo causado o colapso dos túneis. Mesmo assim, os resíduos tóxicos que ficaram enterrados, e que se acreditava para sempre sob a camada de gelo da Groenlândia, provavelmente serão descobertos pelo aumento das temperaturas dentro de algumas décadas, segundo cientistas.

No momento atual de acirramento dos conflitos geopolíticos a ocupação da Groenlândia ganha novo destaque, pois, além das utilidades militares serviria também para marcar presença – de preferência como proprietário – nas rotas comerciais do oceano Ártico, atualmente exploradas pela China com ajuda russa. Por isso, o conflito em torno à apropriação da ilha ártica não responde apenas a um movimento distracionista da administração Trump sobre seus outros problemas, mas também constitui um movimento defensivo da potência em decadência.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



**Lições da
Comuna de Paris**

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

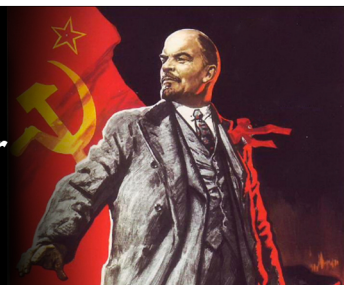
Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Nova
Coleção
Editorial**

102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin

*Memória eterna ao dirigente
da Revolução Russa, fundador
da III Internacional e construtor
da União das Repúblicas
Socialistas Soviéticas (URSS)*



102 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin)

O Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), tem assimilado sistematicamente o marxismo-leninismo-trotskyismo como conquistas do socialismo científico. Sua aplicação nas atuais condições do capitalismo em desintegração e dos retrocessos impostos pela restauração capitalista e liquidação da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) guia os passos da construção do partido proletário no Brasil e da reconstrução IV Internacional.

O Jornal Massas Especial nº 711, dos 100 anos do falecimento de Lênin, testemunha o esforço do POR em fundamentar seu programa e sua política no socialismo científico. Em 21 de outubro de 2021, o partido publicou o livro “Lênin

estrategista da revolução proletária”.

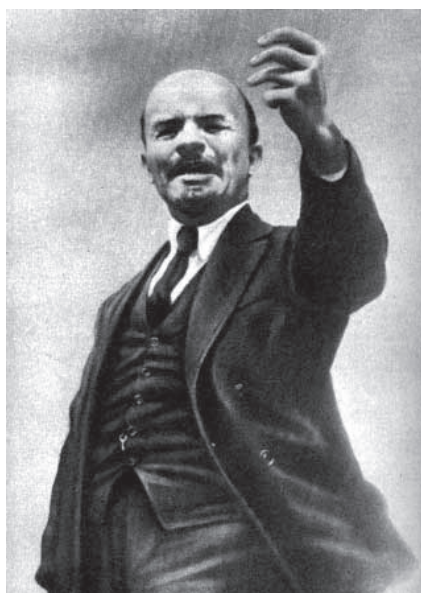
Agora, ao completar 102 anos de seu falecimento, damos continuidade ao estudo e a assimilação do marxismo-leninismo. Dedicamos ao trabalho de expor sinteticamente a renhida luta de Lênin pela construção do partido revolucionário, que expressa em várias etapas de existência a teoria, o programa e a tática da revolução socialista.

Lênin

Uma vida dedicada à revolução proletária na Rússia e ao internacionalismo marxista

Em 21 de janeiro de 1924, a classe operária russa e mundial perdeu um dos mais importantes revolucionários. Lênin faleceu aos 54 anos de idade. Iniciou sua militância ainda jovem com 16 anos. Em 1892, quando tinha 22 anos, organizou um círculo marxista em Samara. Colocou-se a estudar coletivamente o socialismo científico de Marx e Engels e se lançou a propagar as teses sobre a revolução socialista. Um de seus primeiros escritos, inspirado no marxismo, foi publicado como artigo com o título “Novas mudanças econômicas na vida camponesa”, onde expõe a presença de relações capitalistas na agricultura da Rússia e evidencia as novas relações de classe. Desde esse período, Lênin se dedicou a fundo à assimilação das obras de Marx e Engels, e aplicação de seus fundamentos científicos no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas russas.

Em 1893, decidiu mudar-se de Samara para Petersburgo com o objetivo de se inteirar das mudanças econômicas e da emergência da classe operária. Chegava à compreensão mais acabada do lugar do proletariado na revolução social. A tarefa era a de organizá-la. O que exigia a constituição



do partido comunista, como indicavam Marx e Engels.

Esse percurso implicava uma nova etapa no desenvolvimento da compreensão do jovem Lênin sobre o socialismo científico. Tratava-se da relação entre a teoria e a prática. Entrando em contato e se enfiando no movimento político em Petersburgo, se deparará com a necessidade de desenvolver uma linha programática marxista. Logo se deu conta das posições errôneas dos populistas e dos intelectuais que procuravam adaptar o marxismo ao reformismo burguês. Dedicou-se a expor suas novas descobertas no livro “Quem são os amigos do povo e como lutam contra os socialdemocratas”.

Lênin dava um passo decisivo em sua vida política dedicando-se à construção do partido marxista, que naquele momento comparecia como Partido Socialdemocrata Russo. Havia de passar do agrupamento revolucionário, constituído por círculos, para um trabalho de agitação no seio da classe operária. Em 1895, Lênin estabeleceu relação com a organização “Emancipação do Trabalho”, que se encontrava no exterior, sob a direção de Georgi Plekhanov e Pavel Axelrod, que viriam a ser duros

R\$30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

adversários no momento em que se colocou a questão da concepção marxista do partido.

De volta a Petersburgo em 1895, unificou os círculos em torno à organização “União de luta pela emancipação da classe operária”. Erguia-se o embrião do partido marxista, disciplinado e voltado a constituir o programa da revolução na Rússia. A sua intervenção na greve dos operários têxteis em Petersburgo fortaleceu a nova organização no interior do proletariado. O movimento se chocou com o regime czarista, que passou a perseguir os membros da União de Luta. Lênin foi preso, juntamente com outros militantes. O jornal “A Causa Operária” foi confiscado.

Lênin ficou preso por quatorze meses. Segundo informação biográfica, escreveu no cárcere um projeto de programa para o Partido Socialdemocrata. Deu início também ao livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, cuja importância embasou a concepção leninista do caráter da revolução, de suas tarefas e da linha partidária. Em fevereiro de 1897, foi sentenciado a três anos de desterro na Sibéria Oriental. No desterro, desenvolveu o projeto de programa do partido e escreveu o folheto “As tarefas dos socialdemocratas russos”. Concluiu o livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, que foi publicado em 1899. Com esse conjunto de formulações, Lênin contribuía decisivamente para o esclarecimento do caráter antimarxista do populismo, e avançava o entendimento sobre a teoria, o programa e a tática do partido marxista.

Em 1898, no I Congresso, fundou-se o Partido Operário Socialdemocrata da Rússia (POSDR). Lênin não pôde participar, saudando-o de longe, mas assinalou o defeito de não ter se constituído sobre a base de um programa e um estatuto. Notou a necessidade da centralização partidária. Era necessário que o partido tivesse um jornal a ser trabalhado nas condições da brutal repressão. Elaborou a concepção do jornal como organizador coletivo do partido.

Em janeiro de 1900, Lênin deixou o desterro e se pôs a editar o jornal, mas a repressão continuava impossibilitando a sua publicação. Em maio desse mesmo ano, foi preso. Em 16 de julho, deixou a Rússia e foi para a Alemanha. No exterior, fundou o jornal “Iskra” (Centelha). Contou com a ajuda dos socialdemocratas alemães. Em dezembro, saía o primeiro número do jornal “Iskra”, sob a bandeira “da centelha sairá a chama”. Essa iniciativa impulsionou a construção do partido na Rússia, uma vez que lhe permitiu ir superando a fragmentação de vários grupos que se formaram no I Congresso do POSDR.

Em 1902, veio à luz o livro “Que Fazer?”. Com esse documento, assentava-se a concepção marxista-leninista do partido revolucionário. Aplainava-se o caminho para a realização do II Congresso do POSDR. Estabelecia-se o imperativo de um programa que expressasse a organização partidária e suas ações no seio do proletariado, em particular, e das massas, em geral. Como se pode ver, o II Congresso, que se realizou em julho de 1903, esteve sob a direção de Lênin, que redigiu os estatutos. Abriu-se uma grande discussão nas fileiras da socialdemocracia sobre o projeto de programa, redigido por Lênin, em que se determinavam a estratégia da ditadura do proletariado, da aliança da classe operária com o campesinato, do direito à autodeterminação das nações e do internacionalismo proletário.

Uma das discórdias fundamentais se deu em torno aos estatutos, que estabeleciam as condições para pertencer ao partido, que eram em linhas gerais estar de acordo com o programa, cotizar, participar disciplinadamente em uma de suas organizações e realizar o trabalho revolucionário. Em contraposição, Julius Martov desfechou uma oposição inflexível contra tais condições, revelando divergências quanto à concepção do partido marxista, que se distingue e se separa de toda e qualquer organização burguesa e pequeno-burguesa. Martov defendeu que para ser membro do partido bastava aceitar o programa e dar

LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Massas.

**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA
DA QUESTÃO JUDAICA**

Abraham Leon

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

R\$30

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

R\$40

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

ajuda material, não sendo obrigado a participar regular e disciplinadamente em uma de suas organizações. Por uma minoria pequena de votos, o II Congresso aprovou a formulação de Martov. Mas a fração liderada por Martov ficou conhecida como menchevique (minoritária) e a por Lênin bolchevique (majoritária). Isso porque no momento da eleição da direção, uma parcela dos opositores havia deixado o Congresso, de forma que sua composição se tornou majoritariamente favorável às proposições de Lênin. Essa contradição iria afetar o funcionamento do partido. Os opositores martovistas acabariam por controlar o jornal "Iskra", agindo no sentido de anular os fundamentos do II Congresso.

Lênin apresentou seu balanço no livro "Um passo à frente, dois passos atrás", publicado em maio de 1904. Nesse embate, Trotsky se colocou do lado dos mencheviques, reconhecendo seu erro nas jornadas revolucionárias de 1917, momento em que ingressa no Partido bolchevique, demonstrando ter compreendido pela experiência o acerto de Lênin em sua luta pela concepção marxista do partido. Há que esclarecer ainda que Trotsky não se colocou no campo dos mencheviques, mantendo-se à parte das duas frações. Os estalinistas falsificam esse processo para combater Trotsky nas condições em que, depois da morte de Lênin, encarnou o combate ao revisionismo estalinista do internacionalismo bolchevique. Também é importante assinalar que houve a ruptura já no congresso da organização União geral dos operários judeus da Lituânia, Polônia e Rússia (Bund), que saiu em defesa radical do nacionalismo. Esse acontecimento expressou o antagonismo entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês.

Em abril de 1905, se realizou o III Congresso do POSDR. Três meses antes, o governo czarista havia atacado uma marcha operária, puxada por mulheres, que ficou marcada como "Domingo Sangrento", de 9 de janeiro. Esse acontecimento indicava o agravamento da luta de classes, o que favorecia os bolcheviques. Os mencheviques boicotaram o Congresso e realizaram uma Conferência à parte, aprofundando ainda mais o fosso que os separava dos bolcheviques.

Motivado pelos acontecimentos do "Domingo Sangrento" e pela importância do III Congresso, Lênin redigiu o documento "Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática". Evidencia a relação entre a revolução democrática que acabaria com a monarquia czarista e a revolução social, dirigida pelo proletariado em aliança com o campesinato. Elaborou a tese da ditadura democrática revolucionária, que correspondia à aliança operária e camponesa. Contrapunha-se à posição dos mencheviques que defendiam a revolução democrática como um processo separado da revolução social.

O movimento revolucionário das massas em 1905 deu lugar à criação dos sovietes. Lênin imediatamente reconheceu-os como órgãos de poder, publicando o artigo "Nossas tarefas e o Soviete de deputados operários". Em novembro, Lênin furou o cerco da repressão e chegou a Petersburgo, para dirigir o partido. O que o fez na mais absoluta clandestinidade.

Em continuidade à confrontação das massas com o czarismo, em 1906 ocorreram sublevações de marinheiros e soldados em Kronstadt e Sveaborg. Derrotado o movimento, iniciou-se um período de reação. Lênin fez um balanço desse período mostrando a importância da tática da greve política e da insurreição armada das massas.

A realização do IV Congresso de 10 de abril de 1906, na Suécia, se tornou um imperativo urgente. Lênin se dedicou a prepará-lo. Baseado nas experiências de 1905 e 1906, redigiu o documento "Revisão do programa agrário do partido operário".

O momento era propício para discutir as divisões e estabelecer a unificação. Assim, o IV Congresso ficou conhecido como o que colocou o objetivo de superação dos antagonismos que emergiram no II Congresso. No entanto, as divergências afloraram ainda com mais força. Os mencheviques reagiram contra a tese da expropriação dos latifundiários e nacionalização da terra. Como válvula de escape, os mencheviques inventaram a fórmula de "municipalização". Essa via pressupunha manter o czarismo e o poder dos grandes proprietários de terra. O problema estava em que os mencheviques tinham a maioria e aprovaram essa excrescência típica do oportunismo. Lênin tinha consciência das dificuldades que enfrentaria e interveio de forma a deixar ainda mais claras as posições programáticas que separavam as duas frações. Esse

embate fortaleceu os bolcheviques.

Lênin defendeu a realização de um novo congresso, que ocorreu em abril de 1907, em Londres. Em fevereiro, havia escrito um projeto de resolução, que estabelecia a posição que os revolucionários deveriam ter diante dos partidos burgueses. Colocava a necessidade de uma política própria e independente do proletariado diante das demais forças da revolução democrático-burguesa. Nos embates com os mencheviques, foi importante a vitória dos bolcheviques na rejeição da tese oportunista de criar um partido operário amplo que contasse com a presença dos socialdemocratas e dos socialistas revolucionários, entre outras forças. Prevaleciam o poder da repressão e o refluxo do movimento que armou em 1905.

O problema do trabalho legal e ilegal determinava o curso do partido. Nas condições de mínimas possibilidades do trabalho legal, os mencheviques caminharam para a direita, negando as conquistas do Partido Socialdemocrata. Despontou-se a posição aberta de se procurar a via da



conciliação com a burguesia, de maneira a obter sob o czarismo um espaço legal de atuação. No interior dos bolcheviques, germinou uma posição de que o partido deveria abandonar o que restava do trabalho legal, retirando a minoria socialdemocrata do parlamento, da Duma de Estado. Aqueles que passaram a defender essa linha foram denominados otzovistas, que deriva do verbo retirar. Lênin travou um embate àqueles que pretendiam renunciar a todo trabalho legal, cuja importância está em utilizar-se dessa tática para desenvolver no seio das massas o programa revolucionário. Os otzovistas foram caracterizados de liquidacionistas. No mesmo sentido, se aplicou a caracterização de liquidacionismo aos mencheviques legalistas que passaram a defender claramente um partido inteiramente integrado ao regime de monarquia constitucional.

A V Conferência Pan-russa, realizada no final de 1908, em Paris, foi decisiva para a separação definitiva entre o bolchevismo e o menchevismo, e para se chegar a uma rigorosa seleção marxista dos quadros bolcheviques. As condições da luta de classes se modificavam a favor do movimento revolucionário. O “Projeto de resolução sobre o movimento atual e as tarefas do partido”, redigido por Lênin, expõe as relações de classe nesse período, demonstrando que “o proletariado conserva a maior coesão e fidelidade a seu partido de classe, com o qual se fundiu pela revolução”.

Estabelece como tarefas: “1) explicar às massas do povo o sentido e a importância da nova política da autocracia e o papel do proletariado socialista que, ao mesmo tempo que segue uma política classista e independente, deve dirigir o campesinato democrático na situação política atual e na futura luta revolucionária”; 2) estudar em todos os seus aspectos e popularizar amplamente a experiência da luta de massas que, entre 1905 e 1907 possibilitou importantes

lições de tática socialdemocrata revolucionária; 3) fortalecer o POSDR tal como se formou na época revolucionária; manter as tradições de sua luta intransigente tanto contra a autocracia e as classes reacionárias como contra o liberalismo burguês; lutar contra os desvios do marxismo revolucionário, contra as tentativas de cercear as consignas do POSDR e liquidar a organização ilegal do POSDR, que se observam entre alguns elementos do partido que caíram sob a influência da desintegração (...); 5) utilizar a Duma e sua tribuna para realizar propaganda e agitação socialdemocratas; 6) entre as tarefas urgentes se coloca, antes de tudo, um amplo trabalho de educação, organização e coesão das massas proletárias com consciência de classe (...).”

Lênin redige o documento “A caminho”, publicado em 28 de janeiro de 1909, em que expõe a tese de que a Conferência marcava “o caminho do partido e representava uma mudança no desenvolvimento do movimento operário russo depois da vitória da contrarrevolução”. Entre 1912 e 1914, o movimento operário voltou à luta, chegando a realizar uma greve geral em Petersburgo no 1º de maio de 1914.

Em janeiro de 1912, realizou-se a VI Conferência de Praga do POSDR, cuja importância foi a de confirmar a linha que Lênin vinha traçando desde a formação do partido e decidir pelo curso do partido bolchevique, que já estava em total contraposição ao menchevismo e às expressões do liquidacionismo. A Conferência de Praga aprovou uma resolução de expulsão dos liquidacionistas. Lênin trabalhava para que o partido tivesse uma posição programática absolutamente clara sobre a questão nacional e o direito das nações à autodeterminação, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial em 1914.

Nos Congressos da II Internacional de Stuttgart de 1907, de Copenhague de 1910 e de Basileia de 1912, Lênin interveio considerando a possibilidade de uma guerra provocada pelas potências imperialistas europeias. O fundamento desses Congressos de que a classe operária travaria a luta contra a dominação imperialista não foi cumprido quando a guerra se impôs. Lênin analisou, avaliou e denunciou a traição chauvinista da direção da II Internacional.

No documento “A guerra e a socialdemocracia da Rússia”, 28 de setembro de 1914, se expressou a ruptura: “Os oportunistas fizeram fracassar os acordos dos Congressos de Stuttgart, Copenhague e Basileia, que obrigavam os socialistas de todos os países a lutar contra o chauvinismo em quaisquer condições, que obrigavam os socialistas a responder a toda a guerra iniciada pela burguesia e pelos governos com a defesa redobrada da guerra civil e da revolução social. A bancarrota da II Internacional é a bancarrota do oportunismo”. Os bolcheviques desenvolveram no interior da Rússia uma linha completamente oposta às das demais forças burguesas e pequeno-burguesas, guiados pela estratégia da revolução proletária.

Lênin levantou a bandeira de constituir uma nova Internacional, em 1916, que seria concebida em 1919. Faz uma chamado aos socialistas de esquerda da II Internacional a romperem com o revisionismo social-chauvinista. Nesse

**LANÇAMENTO**
FOLHETO

**POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

**Grupo de Estudos
do Marxismo**



**Adquirar
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:**

R\$ 5,00

**POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

período convulsivo, redigiu entre janeiro e junho de 1916 o documento “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”. A entrada da Rússia na guerra modificará sensivelmente as relações de classe e colocará o proletariado em uma posição de força.

Em 9 de janeiro de 1917, em Petrogrado, ocorreu uma poderosa mobilização contra a guerra. Em fevereiro, os operários petrogradenses reagiram às difíceis condições de existência com uma greve geral, que se voltou contra o governo sob as bandeiras “Abaixo a autocracia”, “Abaixo a guerra” e “Pão”. A mobilização operária e popular retomou a constituição dos soviets, dessa vez de operários e soldados. O Partido Bolchevique pôde intervir abertamente no processo revolucionário de fevereiro e se potenciar como partido do proletariado.

Lênin deixou o exílio, depois de cerca de dez anos. Em 3 de abril de 1917, foi recebido, em sua chegada, por uma manifestação em Petrogrado. O Partido Bolchevique havia sido orientado desde o exterior com as “Cartas de Longe”. Lênin apresentou em uma reunião dos bolcheviques, em Petrogrado, em 4 de abril, o documento “Sobre as tarefas do proletariado revolucionário”, que passou a ser denominado “Teses de Abril”. Estabelece-se a linha política, a tática e a estratégia da tomada do poder pelo proletariado.

A VII Conferência do POSDR, realizada em 24 de abril, se deu sobre a base das “Teses de Abril”. Na abertura da Conferência, Lênin enfatizou a tese de que “a guerra mundial conduz inevitavelmente à revolução”. O momento era de “desenvolver a consciência de classe do proletariado e unir os operários da cidade e do campo contra as vacilações da pequena burguesia”. Colocou a “tarefa de aumentar o número de soviets, fortalecê-los e consolidar a unidade partidária”. A resposta à guerra vincula-se indissolúvelmente com a luta do proletariado pela conquista do poder. Tendo claro o caráter histórico e o conteúdo de classe da guerra imperialista, a posição internacionalista é a de a “solidariedade fraternal dos operários de todos os países em sua luta contra o jugo do capital”. Está aí por que o proletariado não pode apoiar a guerra imperialista e o atual governo. O que implicava combater a política de anexações.

Nesse aspecto, Lênin explica: “Quando dizemos que é necessário renunciar às anexações e indenizações, devemos explicar como se pode fazer isso; e se se nos pergunta quem pode fazê-lo, nossa resposta será que esse passo, por sua essência, é revolucionário, que é um passo que somente o proletariado revolucionário pode dar”. Desfaz, por outro lado, a falsificação e a confusão da bandeira “defensismo revolucionário”, que levava à defesa e subordinação do

proletariado à política de guerra do governo provisório. Era necessário desenvolver a linha revolucionária sobre a guerra imperialista no seio das massas que se mostravam suscetíveis à propaganda do “defensismo”.

O fundamento geral da VII Conferência sobre a questão da guerra imperialista foi a de que a “transformação da guerra imperialista em guerra civil deve basear-se nas condições objetivas e não em condições subjetivas. (...) O partido proletário cometeria um grave erro se baseasse sua tática em desejos subjetivos onde falta organização”. A tarefa era, portanto, a de explicar pacientemente para a classe operária a posição dos bolcheviques contra o tal “defensismo revolucionário”. A luta do proletariado pelo poder correspondia à linha bolchevique de acabar com a guerra. A classe operária viria a ser convencida de que “para pôr fim a essa guerra, o poder do Estado deve passar para as mãos da classe revolucionária”.

Nota-se que a questão da guerra imperialista foi tratada pela Conferência como base para o desenvolvimento da estratégia revolucionária estabelecida pelas “Teses de Abril”.

A tendência da classe operária, dos demais trabalhadores e dos soldados caminhava no sentido de potenciar a linha e o programa da VII Conferência. Em julho de 1917, as manifestações tomaram conta de Petrogrado e os soviets serviram de instrumentos de combate ao governo provisório. Os socialistas revolucionários e mencheviques que os controlavam expuseram sua conivência com a repressão, que se voltou duramente contra

a vanguarda proletária combatente e os bolcheviques. O objetivo do governo provisório era o de acabar com a situação revolucionária de duplo poder. Lênin se viu obrigado a se refugiar na clandestinidade, por decisão do Comitê Central. Nesse momento, avaliou que se havia esgotada a possibilidade dos soviets ocuparem o poder pela via pacífica e aberto o caminho da guerra civil.

Lênin não pôde participar do VI Congresso do Partido Bolchevique, que se realizou entre 26 de julho a 3 de agosto de 1917, mas o orientou. Em 10 de julho, apresentou o documento “A situação política (quatro teses)”, expondo a linha que o partido deveria seguir depois das ações contrarrevolucionárias do governo provisório e a capitulação dos socialistas revolucionários e mencheviques. Considera, na tese três: “todas as esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução russa se desvaneceram para sempre. A situação objetiva é esta: ou a vitória completa da ditadura militar, ou a vitória da insurreição armada dos operários, vitória que somente é possível se se coincide com um profundo levante das massas contra o governo e contra a burguesia, provocado pelo caos econômico e prolongação da guerra”. E conclui que a bandeira “Todo poder aos



soviets era a consigna para o desenvolvimento pacífico da revolução (...). Na tese quatro, estabelece a tática: “O partido da classe operária, sem abandonar a atividade legal, mas sem a sobrestimar um só instante, deverá combinar o trabalho legal com o ilegal, como entre 1912 e 1914”. Essas teses são desenvolvidas no documento “Os ensinamentos da revolução”, redigido no final de julho, no momento em que se realizaria o VI Congresso.

Entre agosto e setembro de 1917, portanto em plena clandestinidade, Lênin redigiu o manual “O Estado e a Revolução”. Compilou e expôs as teses de Marx e Engels sobre a revolução proletária e a transição do capitalismo ao socialismo, e deste ao comunismo. Refletiu a importância da Comuna de Paris nas condições do embate entre a contrarrevolução e a revolução na Rússia de 1917. Lênin assinalou nesse escrito a necessidade de compreender plenamente a relação entre a revolução, a tomada do poder e a ditadura do proletariado. Em síntese: “Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado (...)”. “A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado”.

Em outubro, o choque entre a contrarrevolução e a revolução chegava ao seu ponto mais alto. Lênin voltou a se instalar em Petrogrado, que era o centro de definição das forças antagônicas entre a burguesia e o proletariado. A reunião do Comitê Central de 10 de outubro discutiu a posição de Lênin de que havia chegado o momento do Partido Bolchevique se colocar como direção política da insurreição. Derrotou a posição contrária de Kamenev e Zinoviev. Trotsky, que havia ingressado no Partido Bolchevique no VI Congresso, achava que o melhor era que se esperasse a realização do II Congresso dos Soviéticos, convocado para 25 de outubro. Esteve ao lado de Lênin contra Kamenev e Zinoviev. E no processo da insurreição, se destacou como dirigente e organizador do Exército Vermelho.

A decisão do CC de preparar a insurreição desde aquele momento se mostrou correta. Em 24 de outubro, Lênin compareceu na reunião realizada no Instituto Smolny, onde se concentrava as forças organizadas da insurreição. Em 25 de outubro, os Soviéticos de Operários, Camponeses e Soldados materializaram a estratégia de tomada do poder do Partido Bolcheviques.

Derrubado o governo de Kerensky, que era sustentado pelos socialistas revolucionários e mencheviques e por uma coligação burguesa dos kadetes e outubristas, Lênin redigiu um breve comunicado “Aos cidadãos da Rússia”: O Governo Provisório foi deposto. O poder de Estado passou para as mãos do órgão do Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado - o Comitê Militar Revolucionário -, que se encontra à frente do proletariado e da guarnição de Petrogrado.

A causa pela qual o povo lutou - a proposta imediata de uma paz democrática, a supressão da propriedade latifundiária da terra, o controle operário sobre a produção, a criação de um Governo Soviético - esta causa está assegurada.

Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses!”.

Observação: No próximo Jornal Massas, exporemos o trabalho de Lênin na organização do Estado operário, fundação da III Internacional, edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), passos na organização econômica, seu adocimento e seu testamento sobre a direção do partido que o sucederia.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

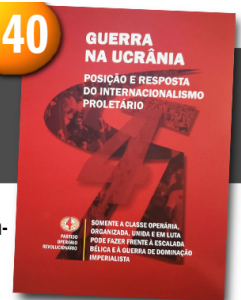
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

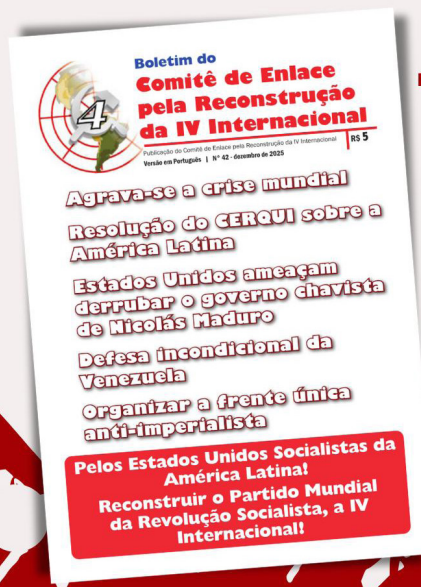
Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



BOLETIM CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Versão em Português
Nº 42 | DEZEMBRO DE 2025

Adquirir o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

(11) 9 5446-2020

@massas.por

massas.org

por@pormassas.org

ADQUIRA

**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**

